



ADENDA 2016

Compromisso de Cooperação



LOUSÃ
ARCIL leva 40 anos
a trabalhar em prol
da inclusão



OLIVEIRA DE AZEMÉIS
Centro de Dia
pode ser
aposta de futuro



INTERVENÇÃO PRECOCE
Há que diversificar
e reforçar
o apoio estatal



UNIÃO EUROPEIA
CNIS considera
«multa zero»
uma humilhação

LIVRO CNIS

«Juntos... pela criança na creche»





Inovação Social

No seguimento do trinómio (Qualidade, Formação e Inovação) que identifiquei como proposta de melhoria da gestão nas IPSS, dedico este artigo ao último elemento: **Inovação**.

O primeiro impulso na Europa da divulgação do conceito e prática da “Inovação Social” foi do português Diogo Vasconcelos que, infelizmente, faleceu prematuramente.

A União Europeia (Conselho Europeu) aprovou em 4 de Fevereiro, o novo plano de inovação social europeu, uma das iniciativas bandeira da Estratégia 2020. O novo conceito de “Innovation Union” incorpora a decisão de focalizar os esforços de inovação social nos grandes desafios da sociedade: **a saúde e o envelhecimento da população; as alterações climáticas; a segurança energética e alimentar, o desemprego, as desigualdades entre as pessoas, em suma o foco nos objectivos do milénio.**

Colocam-se várias questões, como por exemplo:

Como reduzir a pobreza e exclusão social que são mais acentuadas em períodos de crise?

Como combater a desqualificação fazendo evoluir o sistema educativo?

Como aumentar a qualidade de vida dos mais seniores?

Como reduzir o trabalho precário e terminar o pesadelo do desemprego jovem?

Que tipo de mudanças devem ocorrer para as políticas públicas se centrarem nas pessoas?

Que falta ao “protocolo de cooperação” entre o Estado e as IPSS para uma resposta mais eficaz e chegar a toda a população necessitada?

Que falta fazer para que a nível da comunidade as instituições sociais, autarquias, empresas colaborem para melhor responderem às necessidades da sociedade civil?

Que falta fazer para acabar com a fome?

Que mudanças devem ocorrer na gestão das IPSS para prestarem ainda mais e melhores serviços e serem sustentáveis no longo prazo?

Que fazer para que os cidadãos sejam mais participativos e comprometidos com a solidariedade social?

Como estimular a ajuda mútua?

A crise em que estamos mergulhados desde 2008 deve ser aproveitada para estimular a criatividade social, daí a pertinência da inovação social que se deve traduzir em **“novas ideias”** sendo necessário que essas novas ideias ou aplicações diferentes das ideias existentes, resultem em mais e melhores respostas às necessidades sociais. Se olharmos para a história das grandes crises, destas emergiram sempre novos sectores, novas organizações, mais crescimento e melhor desenvolvimento económico e soluções para o bem estar dos povos.

A Comissão Europeia produziu há três anos um estudo em que analisa e procura respostas para o desafio da Inovação e apresentou a

seguinte definição de “Inovação Social”

A Comissão Europeia definiu a “Inovação Social” como segue:

«A Inovação Social diz respeito a “novas ideias” que funcionam para responder a necessidades não satisfeitas. Simplesmente descrevemos isso como “inovações” que são ambas “social nos seus fins e no seu significado”. Inovações Sociais são novas ideias (produtos, serviços e modelos) que simultaneamente respondem às necessidades sociais (mais efectivas que as alternativas) e criam novas relações sociais ou colaborações».

Esta definição é explicada em detalhe como segue:

Muitas organizações “misericórdias e similares, fundações, associações, agências governamentais, investidores sociais e outros” estão desenvolvendo novas maneiras de resolver os problemas sociais. A Inovação social pode ter lugar nas instituições sociais, hospitais, serviços públicos, educação, nas cidades, nas zonas rurais, etc. Muitas iniciativas resultam em novos tipos de serviços públicos, novos tipos de respostas das Instituições às necessidades da comunidade e também novos modelos de negócio e governação de adaptação às novas exigências, cada vez mais complexas, da sociedade.

Estas novas formas podem criar novas interações entre o sector público, sector social, empresas sociais, a economia social e solidária, operadores económicos e sociedade civil, afim de responderem de forma eficaz às questões sociais.

Resumindo, e segundo o estudo da União Europeia, estamos a produzir “inovação social” se quaisquer das condições seguintes forem satisfeitas:

Resolver excepcionais desafios/questões societárias.

Novas soluções no sentido de uma real compreensão da novidade/necessidade

Novas configurações específicas de práticas e acordos sociais

Superar a tradicional dicotomia das inovações sociais e tecnológicas

Integração/colaboração de partes interessadas heterogêneas que normalmente não cooperam

Padrões/sinergias integradas nas actividades

Abordagens de reflexividade e abordagens interdisciplinares

Orientação em direcção a alvos chave de utilidade societária

Sustentabilidade das medidas (no sentido das práticas/factos sociais)

Novas potencialidades de crescimento em termos de emprego regular

Integração/colaboração dos utilizadores finais dos serviços

A Inovação Social incorpora quatro características fundamentais:

1 - ALVO DA INOVAÇÃO SOCIAL

A inovação social tem como objectivo a interligação de três alvos:

as pessoas cujo bem-estar procura assegurar

o território ou ambiente (local, regional, nacional) que necessita de assegurar o desenvolvimento económico

a organização a qual procura aumentar o desempenho (novas formas de organização do trabalho e mudanças na sua estrutura)

2 - FORMA E NATUREZA

Alguns estudos referem a inovação social como uma entidade intangível ou imaterial (novo serviço, organização, procedimento, atitude, lei, etc). No entanto é consensual que a “inovação social” refere principalmente a “maneiras de fazer”, acções e práticas.

3 - PROCESSO E PARTES INTERESSADAS

A “inovação social” difere da inovação tradicional (tecnológica) não só na sua “natureza” mas também no seu modo de produção e as suas partes interessadas. Uma outra característica chave da “inovação social” é a natureza das suas raízes locais e a participação essencial dos utilizadores na sua emergência e implementação.

O processo de produção em questão são processos de raiz local no qual a informalidade e a variedade das partes interessadas assumem o papel principal.

4 - OBJECTIVOS

O objectivo da “inovação social” não é directamente económico. Os promotores da “inovação social” não são geralmente motivados pelo lucro. A sua actividade é em geral não lucrativa ou geradora de um pequeno lucro.

O objectivo da “inovação social” é o de resolver problemas sociais que não podem ser resolvidos pela “inovação tradicional” devido a falhas ou desinteresse do mercado ou do Estado.

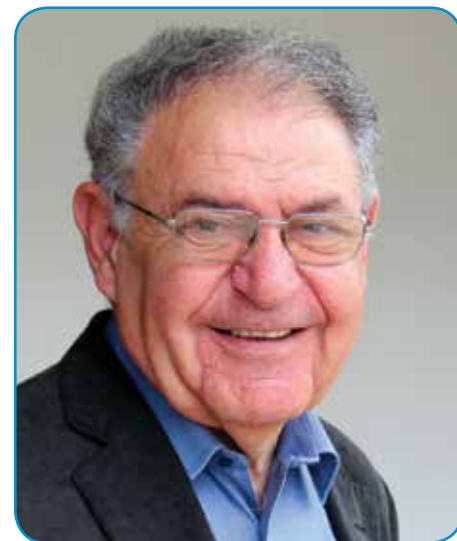
Generalizando, na procura de soluções para os diferentes tipos de problemas, o objectivo da “inovação social” é o aumento da qualidade e quantidade da vida de um indivíduo ou de um grupo de indivíduos. Por exemplo: sistemas de inclusão para pessoas em dificuldades sociais, microcrédito, sistemas de seguros para pessoas pobres excluídas.

Mais um enorme desafio para os dirigentes e colaboradores das Instituições.

JOSÉ LEIRIÃO

CNIS/jleiriao@zonmail.pt

Padre Lino Maia
Presidente da CNIS



Adenda 2016

1. No dia 27 de Julho, os Ministros da Educação e do Trabalho Solidariedade e Segurança Social e o Secretário de Estado Adjunto da Saúde, conjuntamente com as três organizações representativas do Sector Social Solidário (CNIS, União das Misericórdias e União das Mutualidades) subscreveram a Adenda ao Compromisso de Cooperação, prévia e amplamente consensualizada.

A Adenda 2016 enquadra-se num ambiente de estabilização e de desenvolvimento da cooperação, em que se reafirmam princípios de um Pacto para a Cooperação e Solidariedade que, durante décadas, tem regido a parceria entre o Estado e as Instituições de Solidariedade e reconhece que a estabilidade da relação é fundamental na prossecução do desenvolvimento das respostas sociais. Aí se reforçam os princípios da transparência, da confiança e da partilha de um plano estratégico no âmbito do desenvolvimento social, que garanta a sustentabilidade do Sector Solidário e a acessibilidade aos serviços sociais, mantendo a qualidade dos serviços prestados às populações.

Finalmente, entre outras novas ou renovadas vias, a Adenda estabelece que a comparticipação financeira, devida por força dos acordos de cooperação celebrados para as respostas sociais, aumenta 1,3 % face ao observado em 2015. Deste aumento, 0,4% visa compensar os encargos decorrentes do aumento gradual da TSU e 0,9% traduz a atualização de todos os acordos de cooperação em vigor, o que representa um acréscimo de 0,3% de aumento nesta componente face ao ano anterior visando compensar o acréscimo de despesas com o funcionamento das respostas sociais e contribuir para a sustentabilidade económica e financeira das instituições.

Esta atualização produz efeitos a 1 de janeiro de 2016 e, tão brevemente quanto possível (que não certamente sinónimo do desejável) começará a ser processada.

2. Entre nós, a protecção social das pessoas e famílias em situação de maior desfavorecimento – pobreza, desemprego, abandono familiar, abandono escolar, integração das pessoas com deficiência ou doença mental, cuidados aos idosos -, através de modalidades e serviços de ação social e de prestação de cuidados de saúde, é desenvolvida maioritariamente pelas Instituições de Solidariedade, que constituem uma rede solidária, emanada da sociedade civil, que abrange todo o território nacional, numa rede de proximidade

PEDRO VASCO OLIVEIRA



e de capilaridade que o irriga, desde as maiores cidades até às aldeias mais abandonadas e periféricas.

Com o grande envolvimento de compromisso da comunidade, as Instituições utilizam meios próprios e recursos que o Estado necessariamente tem de disponibilizar. Todas elas muito têm apostado numa gestão cuidada e rigorosa porque sabem muito bem o que fazem, com o que fazem e em favor de quem fazem. Não excluindo ninguém, porque são não só solidárias como também inclusivas, estas Instituições prestam serviço público e privilegiam muito especialmente as pessoas e as famílias em situação de maior desfavorecimento. E desta matriz jamais se desviarão.

Muito embora Portugal pareça ser um “jardim à beira-mar plantado”, não é propriamente um “jardim” uniformemente florido. Aqui há grande diversidade. Se as Instituições têm todas o mesmo espírito, confrontam-se com uma grande diversidade de situações. Também as aldeias mais longínquas e mais abandonadas, os bairros mais pobres e mais periféricos e as comunidades mais envelhecidas e mais deprimidas beneficiam do dedicado apoio de Instituições de Solidariedade, que normalmente se confrontam com grandes

dificuldades e que reclamam um olhar compensatório do Estado.

A Adenda está no bom caminho quando faz adivinhar um compromisso mútuo (Estado e Instituições) na garantia da sustentabilidade do Sector Social Solidário.

3. As Instituições de Solidariedade sempre defenderam e defendem intransigentemente transparência e rigor e sempre aceitaram e aceitam sem quaisquer constrangimentos o escrutínio público.

Evidentemente, transparência, rigor e escrutínio comuns e extensivos a tudo quanto é serviço na causa comum.

Afirmando acautelar o nível de autonomia, gestão e independência exigíveis a órgãos com competências inspetivas, a Adenda está no bom caminho quando aponta para a necessária atuação rigorosa e transparente daquele órgão em sede de funcionamento do mesmo e mediante a elaboração de um manual de boas práticas visando estabelecer um conjunto de regras de atuação uniforme, bem como a definição de critérios e indicadores de fiscalização.

Um Estado social é incompatível com a instalação no seu seio de estados sem escrutínio.

UNIÃO EUROPEIA

Setor Social Solidário uniu-se contra sanções a Portugal

A CNIS e as uniões das Misericórdias e das Mutualidades reclamaram a uma só voz junto das instâncias europeias por “justiça” e pelo “arquivamento do processo por défice excessivo” a Portugal. A «multa zero» é, segundo o padre Lino Maia, “uma humilhação”, sendo, ainda assim, grande a crença no não congelamento dos fundos comunitários ao País.

A Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade (CNIS), a União das Misericórdias Portuguesas (UMP) e a União das Mutualidades Portuguesas (UMP) solicitaram junto das instâncias europeias o arquivamento do procedimento por défice excessivo, considerando não haver razão para o estabelecimento de quaisquer sanções, mesmo que simbólicas, como é de justiça.

A carta para Bruxelas e Estrasburgo, mas não só, foi enviada na véspera da Comissão Europeia tomar a decisão sobre a sanção a aplicar a Portugal e que acabou ser uma «multa zero».

Recorde-se que a decisão do organismo liderado por Jean-Claude Juncker é apenas uma recomendação para o Ecofin, órgão que reúne os ministros da Economia e das Finanças da Zona Euro e que a 9 de agosto, ao que tudo indica, irá confirmar a decisão da Comissão em cancelar a multa a Portugal.

A missiva teve como destinatários os presidentes do Parlamento Europeu, Martin Schulz, da Comissão Europeia, Jean-Claude Juncker, e do Eurogrupo, Jeroen Dijsselbloem, e ainda todos os deputados portugueses no Parlamento Europeu, o comissário europeu Carlos Moedas, o primeiro-ministro português, António Costa, o ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, José Vieira da Silva, e ainda a secretária de Estado da Segurança Social, Cláudia Joaquim.

As três entidades representativas do Setor Social Solidário, para além de considerarem injusta a aplicação de qualquer sanção a Portugal por défice excessivo, pretenderam com a missiva enviada fazer sentir às instâncias europeias a enorme importância dos fundos estruturais para a prossecução da missão de cariz solidário das instituições sociais.

Começando por relevar que “no elenco de recursos geridos por estas instituições, e com um importante papel na diminuição dos níveis de pobreza de largos estratos da população portuguesa, figuram os fundos estruturais provenientes da União Europeia destinados a promover a coesão social, o emprego, a educação e a qualificação dos portugueses”, as três organizações do Setor Social Solidário alertam para os perigos resultantes da eventual aplicação de



qualquer sanção ou congelamento de fundos comunitários a Portugal, cuja decisão final ainda está pendente.

“A diminuição, limitação ou suspensão dos programas criados no âmbito da União Europeia, ou a aplicação de sanções de outra natureza ao nosso País, mesmo que de carácter simbólico, para os cerca de 650.000 utentes, 250.000 trabalhadores e 44.000 dirigentes voluntários do Sector Solidário, seria vista como uma manifesta injustiça e uma falta de reconhecimento do esforço que tantos fizeram para ajudar a vencer a crise em que Portugal se encontrava. A aprovação de sanções pela União Europeia constituirá causa direta de extinção de postos de trabalho no Setor - fenómeno duplamente injusto, na medida em que o Setor Solidário, não obstante ter sido chamado a aumentar os seus níveis de resposta durante o período de ajustamento orçamental, sem contrapartida ao nível de recursos públicos, pôde constituir, ao logo dos últimos cinco anos, uma referência nacional ao nível da estabilidade

e mesmo do crescimento do emprego; correndo agora, que a crise está vencida, o risco dos despedimentos que conseguiu evitar durante o referido período”, lê-se na missiva assinada pelo padre Lino Maia, que termina com um pedido claro e inequívoco: “Por todas estas razões, a Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade (CNIS), a União das Misericórdias Portuguesas (UMP) e União das Mutualidades Portuguesas (UMP), representadas pelo signatário, solicitam o arquivamento do procedimento por défice excessivo, não devendo haver lugar ao estabelecimento de quaisquer sanções, mesmo que simbólicas, como é de justiça”.

Ao longo de três páginas, o signatário elucida os destinatários que “em Portugal, a protecção social das pessoas e famílias em situação de maior desfavorecimento – pobreza, desemprego, abandono familiar, abandono escolar, integração das pessoas com deficiência ou doença mental, cuidados aos idosos –, através de modalidades e serviços de ação social e de prestação de cuidados de saúde, é desenvolvida

maioritariamente por estas instituições (sociais), que constituem uma rede solidária, emanada da sociedade civil, que abrange todo o território nacional, numa rede de proximidade e capilaridade que o irriga, desde as maiores cidades às aldeias mais abandonadas e periféricas” e ainda que “essa rede constituiu, designadamente ao longo dos últimos quatro anos, correspondente ao período de ajustamento no âmbito do Memorando de Entendimento com as instituições europeias, um poderoso amortecedor dos efeitos socialmente mais gravosos no seio das pessoas, famílias e grupos mais vulneráveis, o que permitiu que esse processo de ajustamento fosse concluído sem perturbações significativas e em condições de manifesta paz social”, sublinhando que “o modelo português de cooperação entre as entidades públicas e as instituições da sociedade civil – que constitui, aliás, o modelo consagrado na Constituição da República Portuguesa – tem possibilitado a convergência de recursos provenientes da cooperação com o Estado com os que resultam do envolvimento das comunidades, quer em proveitos financeiros, quer em voluntariado organizado – o que se traduz num menor envolvimento de verbas públicas afetas às políticas sociais”.

Com esta missiva, as organizações representativas do Setor Social Solidário demonstraram claramente a sua posição perante um cenário que ainda não está totalmente claro.

FUNDOS SERÃO MANTIDOS

É que mesmo que a 9 de agosto a decisão da Comissão Europeia seja confirmada pelo Ecofin, há ainda uma outra questão em aberto e cuja deliberação final apenas será conhecida em setembro. Falamos da possibilidade que está em cima da mesa de Portugal ser penalizado com o congelamento de fundos estruturais.

Tal acontecer, para o líder da CNIS, seria castigador para as IPSS e para as pessoas, uma vez que muitos projetos que as instituições desenvolvem são comparticipados também pelos fundos europeus.

“Há muita ação desenvolvida pelas instituições de solidariedade que têm a comparticipação de fundos comunitários e um eventual congelamento adia e congela também essa ação, que é uma ação voltada para as pessoas, acabando por penalizar as instituições e as pessoas”, argumentou o padre Lino Maia, asseverando: “Falar em sanções e ter sempre esta espada afiada na direção de um País que não merece ser penalizado é humilhante, portanto, é preciso, tal como as três organizações do Setor Solidário propuseram, que seja definitivamente arquivado um processo que não dignifica as instâncias europeias e que mantendo-se humilha um povo que não merece”.

Apesar de tudo, o padre Lino Maia está esperançado no futuro: “Quero crer que não haja congelamento dos fundos comunitários. Quero crer que prevaleça o bom senso e que afastemos de uma vez por todas esta espada que ameaça Portugal”.

Sobre este mesmo assunto, também o ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social deixou a sua impressão ao SOLIDARIEDADE, sustentando: “Creio que



esta decisão tomada pela Comissão Europeia irá ter a mesma tradução do ponto de vista de qualquer hipótese de acionar os fundos estruturais. Já não acreditava que isso viesse a ser possível e acho que temos que ter uma expectativa de enorme tranquilidade. Portugal tem uma boa posição internacional no que toca à execução dos fundos comunitários, creio que é o País uma maior absorção deste quadro financeiro, a que chamamos Portugal 2020, e tem que continuar esse trabalho. Não acho que haja qualquer risco, em particular depois desta decisão, de vir a suceder qualquer suspensão”.

O ministro Vieira da Silva mostrou-se ainda agradado com a posição conjunta tomada pelas três organizações do Setor Social Solidário, que considerou “muito positiva”.

“Foi a expressão autónoma e conjunta que é muito significativa, porque estamos a falar de instituições que têm um contacto muito próximo com a realidade social e em especial com os setores mais frágeis da população portuguesa. Por isso têm uma particular sensibilidade para o efeito que qualquer medida dessa natureza, se eventualmente fosse tomada, teria sobre a nossa capacidade de também corrigir os profundos desequilíbrios que ainda existem na nossa sociedade e que foram, infelizmente, agravados ao longo de vários anos”, afirmou o governante.

SANÇÃO É HUMILHAÇÃO

Ainda sobre a sanção «multa zero» recomendada ao Ecofin pela Comissão Europeia, o padre



Lino Maia, ainda no dia em que a decisão foi conhecida, foi bastante esclarecedor: “Mesmo sendo zero é uma sanção e não é justa”.

A injustiça, já denunciada na véspera através da missiva enviada pelas três organizações do Setor Social Solidário a Bruxelas e Estrasburgo, ganha dimensão nas palavras do presidente da CNIS.

“Portugal, o povo português e as instâncias responsáveis do País têm-se portado muito bem. As instâncias nacionais seguiram orientações muito expressas da própria União Europeia e, portanto, apesar da multa zero, são penalizadas pelo bom comportamento”, sustentou o padre Lino Maia, sublinhando: “Falar em sanção é penalizar e é penalizante para os cidadãos e para um País que se envolveu na solução de problemas complicados. E, falar-se em sanções e manter esta espada afiada na direção das pessoas é humilhante para o povo Português e para um País que não merece, de facto, a humilhação”.

Para o presidente da CNIS, todo este processo leva-o a “dar razão a alguns que se queixam de que as instâncias europeias são muito dominadas por burocratas e tecnocratas e não por pessoas sujeitas a um voto público”, reforçando a ideia inicial: “Estas sanções, mesmo sendo zero são sanções, penalizam um País que não merece ser penalizado e, de algum modo, desmistificam instâncias que precisavam de ser mais sensíveis e de ser mais de cidadãos do que de burocratas e tecnocratas”.

PEDRO VASCO OLIVEIRA (TEXTO E FOTOS)

ARCIL – ASSOCIAÇÃO PARA A RECUPERAÇÃO DE CIDADÃOS INADAPTADOS DA LOUSÃ

Há 40 anos a trabalhar o conceito da inclusão

Leva 40 anos de existência e a sua já considerável vida conta-se, grosso modo, em quatro capítulos, ao longo dos quais se percebe como a Associação para a Recuperação de Cidadãos Inadaptados da Lousã (ARCIL) se fez o que é hoje: uma instituição de referência a nível nacional.

“A ARCIL tem, nesta área da reabilitação, um percurso um bocadinho sui generis, até tendo por base a nossa localização geográfica, porque é uma instituição que surge em 1976, num pequeno centro, afastado dos grandes centros urbanos, e numa altura em que, a nível nacional, havia duas grandes correntes de desenvolvimento de instituições, as APPACDM e as CERCI. Facilmente a ARCIL podia ter tomado boleia de uma delas e, pelo que sei da história, isso foi ponderado, mas resolveu criar um percurso sui generis, e quando digo sui generis não digo solitário”, sublinha Rui Ramos, presidente da instituição.

Como conta o presidente que está em fim de mandato, os responsáveis pela criação da ARCIL optaram por “criar um percurso que respondesse às necessidades com as quais se confrontava”, por isso diz que o primeiro capítulo da história da ARCIL é o momento fundador: “Houve a sorte e a coincidência de haver um conjunto de pais que também eram professores, portanto, já estavam ligados a um sistema, que serviram de facilitadores para o início desta aventura. E houve um conjunto de decisões, logo à partida, que fizeram com que a ARCIL fosse uma instituição, realmente, diferente”.

A singularidade da ARCIL acabou por ser reconhecida por todos e são muitas as instituições que hoje já a acompanham. No entender de Rui Ramos, a particularidade da ARCIL observa no facto de a instituição não ter seguido a corrente dominante na altura e apostar tudo num conceito.

“O primeiro pilar, que logo nos primeiros anos foi um ponto assente e era perfeitamente inovador em Portugal, foi trabalhar, não só uma instituição, mas trabalhar um conceito. Isto agora é alargado e reconhecido por todos e não é mais do que o conceito de inclusão”, argumenta, explicando: “Na altura ainda era com a designação de integração, mas o trabalho que grande parte das instituições que estava a começar fazia nessa altura era mais um trabalho de escolas de ensino especial, ainda numa ótica da visão da segregação e que foi importante na altura. A expectativa da ARCIL nunca foi essa, a ARCIL sempre quis trabalhar um conceito e estes 40 anos, mais do que 40 anos de uma instituição são 40 anos de uma ideia, que foi sendo reconhecida lá fora,



ampliada e melhorada. Neste momento, quase todas as instituições trabalham com uma visão inclusiva, mas esta foi a nossa deixa para o trabalho de todos”.

E quatro décadas volvidas, “o balanço é muito positivo e a maior evidência passa por andar pelas ruas da Lousã”, diz o presidente da instituição lousanense, exemplificando: “A naturalidade com que a deficiência existe na Lousã é a evidência do sucesso do trabalho da ARCIL. Não é um sistema perfeito, nem temos a arrogância de pensar que é, mas o balanço é muito positivo”.

Alicerçada neste pilar conceptual, a ARCIL “começa a crescer rapidamente ao longo da década de 1980”, altura em que volta a inovar: “Há uma opção que torna a ARCIL diferenciadora e que foi o facto de conseguir trabalhar em todas as fases da vida da pessoa com deficiência ou incapacidade, tentando encontrar soluções para essas pessoas e que fossem muito para além do que estava regulamentado quer para as escolas de ensino especial, quer para as respostas sociais mais fechadas”.



Foi logo nos primeiros anos da década de 1980 que surgem “um conjunto de estruturas para trabalhar algo extremamente importante na vida adulta”, que é o emprego.

“Nessa altura tentaram-se as primeiras experiências de inclusão de pessoas com deficiência, mas como o mercado de trabalho não absorvia todas as pessoas que precisavam a ARCIL desenvolve uma componente comercial e industrial, paralelamente à área da reabilitação”.

De início foram designadas por Unidades Produtivas, mas em 2014, ainda com a crise a fazer-se sentir fortemente em todo o País, a instituição alterou o nome para Unidades de Reabilitação em Contexto Produtivo. “Não são fábricas, nem empresas normais, são empresas que estão no mercado aberto e concorrencial, em que a função é também gerar meios para que a ARCIL seja mais autónoma na sua sustentabilidade, mas, ao mesmo tempo, pretende trabalhar na formação e na inclusão das pessoas”, explica o presidente da instituição.

Em meados dos anos 1990, após uma fase de crescimento, nuvens muito negras abatam-se sobre a instituição.

“A instituição, em meados da década de 1990, é confrontada pela primeira vez, a sério, com graves problemas financeiros”, recorda Rui Ramos, contando: “Foi público na altura e é algo que não escondemos da nossa história, mas houve um desfalque muito grande na instituição, o que obrigou a ARCIL, não a mudar de trajetória, mas a abrandar profundamente”.

O que parecia a todos um golpe fatal para a instituição, os seus novos responsáveis, fruto de uma alteração de estratégia, transformaram em algo de motivador.

“A ARCIL conseguiu dar volta a essa situação com um ambicioso plano de reestruturação, já na década 2000, e que é o terceiro marco. É quase o levantar das cinzas, embora a instituição nunca tenha ficado perto das cinzas, porque manteve sempre a solidez”.

E, com 15 anos de trabalho, “baseados num modelo de qualificação mais executiva, com altos e baixos”, durante os quais os anos da crise fizeram a instituição abanar várias vezes, apesar das “muitas dificuldades”, a ARCIL “não quis alterar o rumo e foi trabalhando com outro tipo de exigência, com menos recursos do que os desejados, mas não alterou o rumo”.

Nos dias que correm, a ARCIL oferece um vasto leque de respostas, na esmagadora maioria vocacionadas para a área da deficiência ou incapacidade intelectual, sendo que as unidades produtivas ocupam um lugar de destaque, não apenas pelo trabalho inclusivo que fazem, mas também pelo contributo (30%) que dão para o orçamento da instituição.

Com um corpo de 265 funcionários, a ARCIL tem as seguintes respostas sociais: CAO – 147 utentes; Formação Profissional – 110, Lar Residencial – 62; Lar de Apoio – 18; Inclusão Escolar – 171; Centro de Emprego Protegido – 55; SAD – 28; Centro de Recursos de avaliação e inclusão social – 301 (IAOQE – 131; Apoio à colocação – 108; Apoio Pós-colocação – 62); e CATL – 18.

“Temos duas grandes Unidades de Reabilitação em Contexto Produtivo, uma nos serviços e outra na venda de produtos. Assim, a ARCIL Saúde é a maior unidade que temos na prestação de serviços e é uma clínica de saúde que desenvolve maioritariamente trabalho na área da medicina física e de reabilitação, mas também tem medicina dentária, psicologia e outras intervenções terapêuticas, como terapia ocupacional e da fala, serviços que prestamos de forma aberta à comunidade”, começa por explicar Rui Ramos, prosseguindo: “A maior unidade na venda de produtos é a ARCIL Madeiras, que é uma serração industrial que vende, sobretudo, soluções



de transporte e armazenamento de mercadorias, ou seja, paletes industriais e ainda caixas de transporte de minério. A ARCIL Madeiras é a unidade mais antiga. Depois a ARCIL Cerâmica, uma unidade que embora tenha um volume de negócios relativamente pequeno, é emblemática e ajudou a criar uma marca da ARCIL”.

Estas são as maiores e mais emblemáticas unidades da ARCIL, mas, entretanto, outras nasceram e que dão algum suporte à logística da instituição. São os casos da ARCIL Verde, uma empresa de construção e manutenção de espaços verdes, a ARCIL Lav, uma lavandaria industrial que “surge no sentido de rentabilizar a lavandaria das respostas sociais”, e a ARCIL Agro, que “está neste momento em reestruturação”.

Trata-se de uma quinta onde o forte era a atividade agrícola, mas que a ARCIL está a desenvolver projetos na área do turismo e da sustentabilidade ambiental, “que permitem uma exploração mais intensiva do espaço”, explica Rui Ramos.

Depois do rombo financeiro de meados de 1990 e ao cabo de 15 anos de reestruturação, o presidente da ARCIL afirma que “as contas estão equilibradas”, porque a instituição “tem trabalhado a sua robustez financeira”.

“A ARCIL é progressivamente mais autónoma, mas a forma de financiamento ainda é muito dependente do Estado e será sempre enquanto não houver alterações... Costumo dizer que tenho um problema para classificar o dinheiro que o Estado dá à ARCIL, porque temos que o considerar como um subsídio, mas sentir-me-ia muito mais confortável se o contabilizasse como uma prestação de serviços. Se a ARCIL está a substituir o Estado, logo não é um subsídio, porque está a prestar um serviço”, critica Rui Ramos.

O presidente da ARCIL não teme a mudança de cliente, e afirma-o de forma clara: “Mesmo em ambiente competitivo, as nossas respostas são válidas e de qualidade. O que acontece é que o Estado não paga com a regularidade desejada. O que constatamos, mesmo em períodos de maior irregularidade, e estamos a atravessar



um deles, sobretudo com as medidas de formação profissional e emprego, é que muitas instituições entraram em colapso financeiro. A ARCIL com estes atrasos, de mais de meio milhão de euros, não só na formação profissional, mas em todas as medidas de emprego, há seis ou sete anos teria entrado em colapso, mas hoje não está com nenhum incumprimento. Pode-se dizer que a ARCIL está num crescendo de robustez financeira”.

Quanto ao futuro, e por estar em fim de mandato, Rui Ramos não quer adiantar muito, mas sempre vai dizendo que estão a ser estudadas para ser implementadas algumas soluções que tentam “dar resposta às maiores fragilidades” da instituição, “que é na capacitação da resposta residencial”.

Para além do reforço da capacidade de alojamento, a instituição tem ainda outros dois focos: “Um é a qualidade dos serviços, para serem cada vez melhores, e o outro a sustentabilidade, não só financeira, mas também da intervenção social da ARCIL”.

E como seria a Lousã, e os concelhos limítrofes (Miranda do Corvo, Góis, Arganil e Pampilhosa da Serra), sem a ARCIL?

“Não consigo imaginar, mas provavelmente seria como passar de uma televisão Full HD para uma televisão de cinescópio a preto e branco. Tenho a certeza que seríamos todos muito, muito mais pobres”, remata Rui Ramos.

CENTRO SOCIAL, CULTURAL E RECREATIVO DE PINDELO, OLIVEIRA DE AZEMÉIS

Zonas mais pobres deviam ter majoração nas comparticipações

A assinalar 26 anos de existência, o Centro Social, Cultural e Recreativo de Pindelo, no concelho de Oliveira de Azeméis, encetou desde 2012 num novo ciclo de vida, com a entrada em funcionamento do novo equipamento. Com a construção de raiz das novas instalações, a instituição não só melhorou a resposta que dava, como também cresceu em termos de valências.

O Centro Social de Pindelo, como é comumente designado, foi criado em 1990 e, logo no ano seguinte, arrancou com o CATL, em instalações de uma antiga escola primária, recuperada e cedida pela Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis. Já em 1997, a instituição adquire um terreno com vista à construção de instalações próprias, o que apenas acontece mais de uma década depois, tendo a obra terminado em dezembro de 2011.

E se o CATL, que acolhe 35 crianças, permaneceu nas instalações cedidas pela autarquia desde 1991, o novo equipamento alberga uma creche, que iniciou atividade com 24 bebés, mas que hoje já recebe 33 (apesar da capacidade ser para 45), e ainda o Serviço de Apoio Domiciliário (SAD), que conta com 24 utentes. Para além disto, o novo refeitório dá ainda apoio quer ao CATL quer às crianças do 1º Ciclo, fruto de um protocolo com a Câmara Municipal.

A razão de o CATL permanecer nas antigas instalações deve-se ao facto de ser “um projeto PARES II e como tal o CATL não estava abrangido”, explica António Bastos, presidente do Centro Social de Pindelo.

Certo é que o terreno foi adquirido em 1997, a candidatura ao PARES feita uma década volvida e a obra arrancou em 2009, tendo ficado pronta dois anos depois. No total, desde que a obra foi sonhada até ser concretizada passaram... 14 anos!

“O que aconteceu é que, em primeiro, comprou-se o terreno, porque ninguém o ofereceu, e foi necessário liquidar essa aquisição e, depois, os processos junto da Segurança Social foram muito complicados”, começa por explicar o presidente da instituição, prosseguindo: “A obra foi iniciada pela Câmara Municipal, só que era uma situação extremamente morosa e, então, tivemos que contratar técnicos especializados e já habituados a fazer projetos para estas respostas sociais. É quando surge a candidatura ao PARES II e, então, as coisas avançaram definitivamente”.

Mas a demora teve outras razões na sua génese.

“Primeiro, liquidámos o encargo com a



compra do terreno e, depois, procurámos estabilizar as finanças e dar sustentabilidade à instituição”, argumenta António Bastos, recordando que “a obra começou com um orçamento na ordem dos 800 mil euros e terminou em um milhão e pouco”.

Para conseguir erguer o novo equipamento, a instituição teve uma comparticipação da Segurança Social de 227 mil euros, tendo também a Câmara participado com algum dinheiro, a população contribuiu com donativos e o Centro Social pediu um financiamento de 300 mil euros, a pagar em 15 anos.

A este propósito, António Bastos deixa um lamento: “Para conseguir esse empréstimo os membros da Direção tiveram que dar um aval pessoal, que é sempre uma situação conflagradora, porque muitas vezes os elementos da Direção saem e continuam com as responsabilidades. Neste momento, estamos a negociar com a Caixa geral de Depósitos a libertação do aval dos diretores da altura.



Não faz sentido, porque a instituição tem a garantia do imóvel e a garantia de todas as receitas”.

E os encargos com a obra não se ficaram por aqui, pois os 300 mil euros iniciais não chegaram para obstar à derrapagem orçamental, pelo que a instituição fez acordos particulares “com algumas pessoas para fazerem empréstimos sem juros e isso permitiu ganhar algum fôlego e hoje o empréstimo ainda tem

algum peso nas contas da instituição, mas está controlado”, afirma o líder do Centro Social, que sublinha a grande preocupação dos dirigentes com a sustentabilidade do Centro.

“Uma das coisas que nos preocupa sempre é a sustentabilidade da nossa instituição, e das instituições em geral, que é uma situação extremamente complicada, atendendo às exigências que são feitas e aos custos de funcionamento. Por exemplo, o PARES II obrigava à instalação do AVAC, que é um custo que não faz sentido, pois estamos numa zona que não o exige”, sustenta António Bastos, que se mostra agradado com a situação financeira da instituição: “Quanto às contas da instituição, temos a situação controlada. O equilíbrio financeiro é uma preocupação constante, sempre com o objetivo na sustentabilidade”.

Como muitas instituições espalhadas pelo território nacional, o Centro Social de Pindelo está inserido num meio rural, envelhecido e deprimido.

“O que noto, como dirigente, é que há pouca sensibilidade para o Interior e as populações mais desfavorecidas”, acusa António Bastos, deixando uma crítica concreta ao Estado: “A comparticipação da Segurança Social é igual para todos, seja em Lisboa, Porto, Aveiro, Arouca, Viseu ou outra localidade qualquer, mas essa comparticipação devia ter em conta o rendimento *per capita*, ou seja, devia haver uma majoração para as zonas que são mais pobres em termos de rendimento *per capita* e isso é que é solidariedade”.

Ana Magina, diretora-técnica da instituição, acrescenta que a população de Pindelo é constituída por “pessoas que toda a vida trabalharam na agricultura e a sua pensão é de sobrevivência, muito baixa”, situação que não contribui favoravelmente para o equilíbrio financeiro da instituição.

“Há aqui uma situação que é pouco solidária a nível nacional entre as instituições, ou seja, a Segurança Social devia majorar aquelas que têm menos rendimento pelo pagamento dos utentes”, sustenta António Bastos, acrescentando: “É uma situação que não faz muito sentido, mas a nossa principal preocupação é a qualidade do serviço, porque entendemos que só se manterão as instituições que tiverem qualidade, e a formação contínua, que nos dá essa qualidade. Quando a Segurança Social, em colóquios, nos diz que uma resposta social numa IPSS só custa um terço daquilo que custa numa resposta do próprio Estado, isto quer dizer alguma coisa, só que depois o resto não funciona”.

Com 16 funcionários ao serviço e “apesar de haver algumas indústrias em diversas áreas na freguesia, a instituição já é um dos grandes empregadores de Pindelo”, sublinha o presidente da instituição, que lembra: “É preciso olhar também para a componente social a nível da empregabilidade das instituições, que também fazem girar a economia local”.

Para além das respostas sociais atrás referidas, o Centro Social de Pindelo promove o Clube Sénior, valência atípica e sem qualquer comparticipação estatal, que movimenta 45 idosos da freguesia.

“É uma forma de apoiar e de integrar as pessoas da comunidade na instituição, o que



nos permite também ter um bom relacionamento com a comunidade”, diz António Basto, ao que Ana Magina acrescenta: “É um espaço de partilha, é um clube em que as pessoas vêm de forma livre e espontânea, onde há atividades diversas e sessões formativas e informativas todas as segunda-feira”.

Apesar de as novas instalações terem alargado a resposta da instituição, nem todos os desejos dos dirigentes foram concretizados.

“Atendendo a que, aquando da elaboração do projeto, foi equacionado que se incluíssemos um Lar havia fortes probabilidades de o projeto não ser aprovado, então colocámos de parte o Lar. Parece que, na altura, a verba disponível para os lares era reduzida”, sustenta António Bastos.

E se a construção de um lar é desde sempre uma ambição da Direção, outro projeto, de mais fácil concretização, paira no ar, como revela o presidente: “Também equacionamos fazer um Centro de Dia. No entanto, há a possibilidade de nestas instalações podermos vir a criar um Centro de Dia, porque é relativamente fácil fazer uma adaptação neste equipamento e instalar aqui essa resposta. O Lar já implica a aquisição de um terreno e a construção de uma instalação autónoma”.

A ambição de criar uma ERPI prende-se, essencialmente, com a necessidade que os dirigentes identificam na comunidade que servem.

“Aqui também se sente a necessidade de um lar, porque esta é uma resposta que normalmente está cheia em todo o lado e, depois, o crescente envelhecimento da população e a longevidade empurra, cada vez mais, as pessoas para estas soluções. É evidente que o SAD é sempre uma boa aposta, até porque no meio rural as pessoas costumam ter um quintal e gostam de estar em casa, desde que tenham algum apoio”, destaca António Bastos, com Ana Magina a dar uma achega: “Aqui ainda se privilegiam as relações de vizinhança porque é um meio pequeno, o que facilita a permanência das pessoas em casa, pelo que o SAD é uma boa resposta”.



Porém, esta situação acarreta algum prejuízo para o Centro Social, pois, de tempos a tempos, perde utentes.

“No dia-a-dia vamos reconhecendo nos nossos utentes de SAD a necessidade de algumas ajudas que nós ainda não estamos preparados para dar e até para as quais não tivemos formação, em especial quando implica doenças do foro mental. As equipas deviam estar apetrechadas com técnicos de forma a poderem dar resposta a essas situações. O que temos feito quando nos surgem situações limite, como doenças do foro mental ou pessoas sem retaguarda familiar, é encaminhá-las para uma resposta de Lar, em ligação com outras instituições e a Segurança Social”, afirma Ana Magina.

“Para já não temos mais projetos pensados, porque defendemos que as Direções devem ser rotativas e não devemos lançar novos projetos para outros os terminarem. Por vezes embarca-se em obras megalómanas e depois é um problema. Aqui trabalhamos sempre com os pés assentes na terra e tentamos ter projetos viáveis e que sejam sustentáveis, porque fazer é fácil, difícil é mantê-los a funcionar bem. A resposta que temos vindo a dar à população pode melhorar se for mais abrangente, mas de momento não há nada de novo pensado”, sustenta António Bastos.

Através de um Banco Solidário, a instituição apoia ainda 35 famílias carenciadas, especialmente com roupas e alimentos.

RSI

Parlamento recomenda campanha de divulgação

A Assembleia da República recomendou ao Governo que realize uma campanha pública de divulgação do Complemento Solidário para Idosos (CSI), para garantir que todos os pensionistas que necessitam tenham acesso a esta prestação social.

A recomendação, publicada em Diário da República, refere que a campanha deverá decorrer em todo o país e assegurar informação sobre quem pode beneficiar da prestação, as regras de acesso, os documentos exigidos e os locais onde o requerimento pode ser apresentado.

Segundo a resolução, a campanha deve garantir que “todos os pensionistas da segurança social com pensões abaixo do valor de referência do CSI”, e que não sejam ainda beneficiários desta prestação, recebam toda a informação sobre o complemento solidário.

Além de informação escrita, através de cartazes e folhetos, a campanha deve incluir outros meios que possam chegar a todos os potenciais beneficiários, como a rádio e a televisão pública.

A resolução, assinada pelo presidente da Assembleia da República, Ferro Rodrigues, propõe ainda que se seja estabelecido um protocolo de cooperação com a Guarda Nacional Republicana, para que “a próxima operação ‘Censos Sénior’ possa constituir-se como veículo de divulgação do CSI”.

Os últimos dados do Instituto da Segurança apontam um decréscimo no número de beneficiários do Complemento Solidário para Idosos em junho, totalizando 160.768 beneficiários, menos 622 face ao mês anterior.

Apesar das duas alterações legislativas no

valor de referência anual (em janeiro passou para os 5.022 euros e, em abril, pelo Orçamento do Estado, passou para os 5.059 euros), o número de beneficiários continua a diminuir.

Segundo o Gabinete de Estratégia e Planeamento, do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, esta situação deve-se ao facto de o regresso à medida não ser feito de modo automático, implicando que os beneficiários voltem a requerer o complemento.

Por outro lado, “as alterações dos agregados familiares, designadamente o direito à pensão de sobrevivência por morte do cônjuge, vão afastando os beneficiários que deixaram de ser elegíveis por alteração dos seus rendimentos”, explica o gabinete na “Síntese de informação estatística da Segurança Social”.

F3M
Information Systems

Em 2016 a FORMAÇÃO CERTIFICADA F3M já ultrapassou OS 2000 PARTICIPANTES

Consulte o PLANO DE FORMAÇÃO F3M 2016 em www.f3m.pt

ENTIDADE FORMADORA CERTIFICADA
GÊNESE, INOVAÇÃO E QUALIDADE
CONVULSÃO E INOVAÇÃO
REACTO E INOVAÇÃO
INOVANDO A QUALIDADE E O VALOR

GESTÃO ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA E OPERACIONAL

SOFTWARE PARA VÁRIAS RESPOSTAS SOCIAIS
(Licenciamento e SaaS)

SOLUÇÕES WEB
PUBLICAÇÃO DAS CONTAS DO EXERCÍCIO
(DL n.º 172-A/2014)

PROCESSOS CHAVE

CANTINAS SOCIAIS

REGISTO DE ATIVIDADES DIÁRIAS

IMOBILIZADO

UTENTES

SÓCIOS

RECURSOS HUMANOS

CONTABILIDADE

STOCKS, ECONOMATOS, COZINHAS E LAVANDARIAS

ESCALAS DE SERVIÇOS

TESOURARIA

SALÁRIOS

APOIO DOMICILIÁRIO

VIATURAS

MAILING

ÁREA SAÚDE

UNIDADES DE CUIDADOS CONTINUADOS

CLÍNICA INTERNAMENTO

PROCESSO CLÍNICO

BLOCO OPERATÓRIO

PRESCRIÇÃO ELETRÓNICA

PORTAL SOCIAL

DIREÇÃO

FUNÇÃOÁRIOS

RESPONSÁVEIS DOS UTENTES

LIVRO DIGITAL "MEMÓRIA"

A F3M é o parceiro estratégico do Montepio na oferta de soluções informáticas para a Economia Social.

Montepio
VALORES QUE CRESCEM JUNTOS

SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS . ECONOMIA SOCIAL

F3M Information Systems, S.A. | contacto@f3m.pt | info@f3m.pt | Tel. (+351) 253 250 300 . (+351) 213 636 271 | www.f3m.pt
Head Office: Braga | Lisbon Branch, Lisboa | Moçambique Branch, Maputo | Angola Branch, Luanda

ACORDOS DE COOPERAÇÃO

Vieira da Silva defende mais transparência

O ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social defendeu mais transparência nos novos acordos de cooperação entre o Estado e as instituições sociais, lembrando que vão passar a ser atribuídos por concurso público a partir de 2017.

“Não há nada que fira tão profundamente a relação entre o Estado e as instituições do que o facto de estes apoios serem dados de forma discricionária, casuística, por vezes sujeitos a ciclos [políticos] que ocorrem, normalmente, de quatro em quatro anos”, disse Vieira da Silva, na cerimónia de inauguração do Lar Residência São Joaquim e Santa Ana “Os Avós”, construído pela Fundação Domingos Simão Pulido perto da vila alentejana de Vidigueira, no distrito de Beja.

O ministro disse que não é aquele “o modelo que gostaria que vigorasse” na cooperação entre Estado e Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), “mas sim o modelo de estabilidade” e, por isso, lembrou, “a partir de 2017, todos os novos acordos de cooperação, não os que já estão em vigor, vão estar sujeitos a um simples concurso público”.

O objetivo é que as IPSS que “mais necessitam e menos possibilidades têm de sustentar, com recursos próprios, as suas respostas sociais, que estão em zonas mais carenciadas”, são as que “vão ter um primeiro acesso” à renovação, ao aumento ou à criação de novos acordos de

cooperação, explicou.

Vieira da Silva assumiu como “prioridades” do Governo PS assegurar a “previsibilidade da estabilidade no funcionamento das instituições” e “reforçar os acordos de cooperação” entre o Estado e as IPSS.

Segundo o ministro, “grande parte” da previsibilidade da estabilidade no funcionamento das IPSS “tem a ver com a relação que o Estado tem com elas e que tem vários aspetos”, como “uma devida atualização dos valores de comparticipação do Estado para o funcionamento dos equipamentos sociais”.

“Uma instituição social responsável por o que chamamos valências ou respostas sociais tem dificuldades em cumprir a sua missão se não tiver um nível adequado de acordos de cooperação” com o Estado, frisou.

Já o reforço dos acordos de cooperação tem “um objetivo muito simples: sem esses acordos, em muitas situações, as instituições ou têm dificuldades do ponto de vista da sua sustentabilidade ou são tentadas a privilegiar aqueles que podem comparticipar mais e, ao fazê-lo, lá está o tal principio da seleção negativa, seria, obviamente, uma ferida, provavelmente de morte, nesta dimensão de cooperação e de solidariedade” afirmou.

O ministro defendeu que a opção de uma IPSS, quando tem de escolher entre duas pessoas que



necessitam de uma resposta social, “deve ser por aquela que tem menos condições de suportar e não por aquela que tem mais”, “mas para que isso possa acontecer, são necessários os tais acordos de cooperação”.

Por isso, disse, o Governo vai “tentar manter um ritmo persistente, constante de crescimento dos acordos de cooperação” entre o Estado e as IPSS e também torná-los “mais transparentes e mais claros nos critérios de atribuição”.

O Lar Residência São Joaquim e Santa Ana “Os Avós”, com capacidade para 47 utentes, implicou um investimento de 2,9 milhões de euros, que foi financiado com fundos comunitários e da Fundação Domingos Simão Pulido e com um subsídio da Câmara de Vidigueira.

JÁ PUBLICADO NO BTE

Novo Contrato Coletivo de Trabalho

Foi publicado no Boletim do Trabalho e Emprego, nº 25, de 8 de Julho, o novo Contrato Coletivo de Trabalho, celebrado entre a CNIS e a Frente Sindical da UGT, que substitui o publicado no BTE, nº 6, de 15 de Fevereiro de 2012.

I – O clausulado do novo CCT acompanha, no essencial, o teor do CCT com a FNSTFPS – Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais -, publicado no BTE, nº 31, de 22 de Agosto de 2015, que foi objeto de portaria de extensão – Portaria nº 87/2016, de 14 de Abril -, nomeadamente nas seguintes matérias:

1 – Retribuições Tabela A

Assim, o novo CCT acolheu, no Anexo V, a atualização das remunerações relativa à Tabela A levada a efeito pelo CCT com a FNSTFPS, para o período entre 1 de Janeiro de 2015 e 31 de Dezembro de 2015- que é a tabela hoje praticada pelas Instituições, nos termos da portaria de

extensão, pelo que não haverá, em regra, por efeito deste novo CCT, alterações às remunerações atualmente praticadas.

Tais remunerações, relativas à Tabela A, são – relembramo-las – as seguintes:

Tabela A

Nível I – 1.177,00 euros; Nível II – 1.098,00; Nível III – 1.035,00; Nível IV – 987,00; Nível V – 937,00; Nível VI – 889,00; Nível VII – 840,00; Nível VIII – 793,00; Nível IX – 746,00; Nível X – 698,00; Nível XI – 650,00; Nível XII – 607,00; Nível XIII – 563,00; Nível XIV – 527,00; Nível XV – 517,00; Nível XVI – 513,00; Nível XVII – 509,00; Nível XVIII – 505,00.

LINHAS DE CRÉDITO DE APOIO À ECONOMIA SOCIAL

No âmbito das linhas de crédito de apoio à Economia Social I e II faz-se notar que, o

acordo celebrado entre o Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, I.P. (IGFSS) e a Caixa Económica Montepio Geral (CEMG), sofreu alterações no sentido de prorrogação do prazo de duração e redução do spread em 1,00%. Assim, o mesmo poderá prolongar-se por mais 60 meses, face ao prazo atualmente contratado e a taxa de juro irá fixar-se em Euribor a 3 Meses acrescida de um Spread de 2,75%. As Instituições que pretendam aderir à alteração das condições relacionadas com a prorrogação do prazo, deverão junto da CEMG, proceder ao respetivo pedido e aditar o contrato já celebrado. A redução do spread será efetuada automaticamente na revisão trimestral de taxa de juro de cada contrato com o envio da respetiva carta informativa por parte da CEMG. O presente comunicado não dispensa a obtenção de informações adicionais sobre as referidas alterações contratuais junto da instituição bancária.

ASSINATURA DA ADENDA AO COMPROMISSO DE COOPERAÇÃO

Setor Solidário reivindica voz na Concertação Social

O Salão Nobre do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social foi palco, no dia 27 de julho, da cerimónia de assinatura da Adenda 2016 ao Compromisso de Cooperação 2015/2016, documento que, entre outras questões, assegura uma atualização de 1,3% com efeitos a janeiro do corrente ano. Pela “lealdade” demonstrada, o Setor Social Solidário “reivindica voz na Concertação Social”, sustentou o padre Lino Maia.

Tal como referiu o presidente da CNIS, padre Lino Maia, com esta Adenda 2016 há igualmente um “reforço da Cooperação” e a “corresponsabilização do Estado” pelo trabalho essencial que o Setor Social Solidário leva a efeito por todo o território nacional.

Aliás, no seu discurso, o padre Lino Maia realçou que, para além da tão falada “capilaridade na ação das instituições sociais”, estas voltam a demonstrar “lealdade”, pelo que, no seu entender, “este é um Setor que reivindica voz na Concertação Social”.

“É inequívoco que os que as IPSS fazem é o cumprimento dos direitos sociais das pessoas”, sustentou, sublinhando: “As instituições sociais defendem intransigentemente a transparência e o escrutínio e apostam inequivocamente na preferência pelos mais carenciados”.

Por seu turno, o ministro Vieira da Silva começou por lembrar que as negociações do documento decorreram de “forma franca, aberta, leal e comprometida por parte das instituições sociais com aqueles que apoiam e também com o País”, realçando: “Tudo o que foi assinado é tudo o que foi discutido”.

Na cerimónia participaram, pelo Governo, para além do ministro Vieira da Silva, o ministro da Educação, Tiago Brandão Rodrigues, e o secretário de Estado-Adjunto da Saúde, Fernando Araújo, e pelo Setor Social Solidário, para além do padre Lino Maia, os presidentes das uniões das Misericórdias Portuguesas, Manuel Lemos, e das Mutualidades Portuguesas, José Alberto Silva.

Testemunharam ainda a cerimónia as secretárias de Estado da Segurança Social, Cláudia Joaquim, e da Inclusão das Pessoas com Deficiência, Ana Sofia Antunes, para além de diversos dirigentes do Estado e do Setor Social Solidário.

ADENDA 2016

Globalmente, a Adenda 2016 agora assinada teve, ao longo da sua negociação, três grandes objetivos. Para além da atualização das comparticipações financeiras, foi considerado importante clarificar e agilizar determinadas



matérias; essencial estabilizar e desenvolver a cooperação com o Setor Social Solidário; e reforçar os princípios da transparência, da confiança e da partilha de um plano estratégico no âmbito do desenvolvimento social, que garanta a sustentabilidade do Setor Social e a acessibilidade aos serviços sociais, mantendo a qualidade dos serviços prestados às populações.

A partir destas três grandes metas, as negociações, que integraram as três organizações do Setor Social Solidário (CNIS e as uniões das Misericórdias e das Mutualidades) e os ministérios da Saúde, Educação e do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, resultaram nos que agora ficou protocolado em três áreas.

DA SEGURANÇA SOCIAL E FORMAÇÃO PROFISSIONAL

A comparticipação financeira no Acordo de Cooperação aumenta 1,3 % em 2016, face ao observado em 2015, com efeitos a 1 de janeiro



de 2016, e que corresponde a: 0,9% para atualização de todos os Acordos de Cooperação relativos às respostas sociais constantes na cláusula II, com exceção do Lar de Infância e Juventude; 0,4% para compensação dos encargos decorrentes do aumento gradual da Taxa Social Única (TSU), a aplicar a todos os Acordos de Cooperação.

No ano de 2016 a percentagem de atualização do FRSS é de 0,0 %.

O aumento de 1,3% tem impacto ainda nos seguintes valores:

Creche - Comparticipação complementar mensal quando a creche pratique um horário de funcionamento superior a 11 horas diárias (493,23€); comparticipação complementar mensal (91,17€) por criança/mês, quando se registe a integração de crianças com deficiência, para além da comparticipação financeira que corresponde ao dobro do valor fixado no Acordo de Cooperação, até ao limite do número de utentes abrangidos.

ERPI - Valor adicional (101,28€) para as pessoas idosas que se encontrem em situação de dependência de 2.º grau e abrangidas pelo Acordo de Cooperação; valor suplementar (47,77€) por utente/mês, quando a frequência de pessoas idosas em situação de dependência de 2º grau, for igual ou superior a 75%; a comparticipação financeira da Segurança Social, relativamente às vagas cuja ocupação seja efetuada por indicação dos serviços competentes da segurança social, determina-se pela diferença entre o montante estipulado de 890,91€ e o somatório da comparticipação familiar, com a comparticipação dos descendentes de 1.º grau da linha reta ou de quem se encontre obrigado à prestação de alimentos, nos termos da Lei geral; valor convencionado de 590,78€ para as vagas que não estão incluídas no Acordo de Cooperação ao qual acresce a comparticipação familiar do utente; o valor de referência no ano de 2016 é de 982,61€ por mês, sendo o mesmo objeto de reavaliação no âmbito dos trabalhos previstos na alínea c) do número 1 e do número 4 da Cláusula XVI (revisão legislativa da presente Adenda).

Fica ainda vertido no documento uma série de compromissos, como: análise dos Acordos de Cooperação atípicos para respostas sociais que se encontrem tipificadas, cuja comparticipação da Segurança Social seja superior a 20% do valor fixado para a resposta; avaliação, pelo ISS, dos Acordos de Cooperação atípicos existentes à data de assinatura do Protocolo para o Biénio 2015-2016, que não o tenham sido até à data de assinatura da Adenda; proposta de reestruturação da resposta social LIJ e de adequação dos Acordos de Cooperação; avaliação do enquadramento da resposta social LIJ na “Medida para a qualificação do apoio institucional a crianças e jovens”, no âmbito do POISE; substituição da resposta Cantina Social por um modelo de apoio alimentar no âmbito do Fundo Europeu de Auxílio às Pessoas Mais Carenciadas (FEAC) para 2014-2020, concretizando-se através da atribuição regular de cabazes nutricionais; criação de um Programa específico com regulamento próprio, que visa a definição clara de prioridades no Orçamento Programa e a introdução de critérios e regras de hierarquização e de seleção das candidaturas transparentes e objetivos; acordar com a CNIS, a União das Misericórdias Portuguesas e a União das Mutualidades Portuguesas os critérios de seleção aplicáveis, incidindo, designadamente, em indicadores de planeamento territorial, de cobertura local ao nível da cooperação, de adequação do número de utentes com acordo face à capacidade instalada na resposta social ou de sustentabilidade económica e financeira das



instituições; retomar o grupo de trabalho para a avaliação dos impactos da maximização dos recursos humanos nas várias respostas sociais; e criação de um grupo de trabalho para avaliação de critérios e indicadores de fiscalização, os quais serão vertidos num manual de boas práticas para a área da fiscalização.

Por outro lado, até ao final do corrente ano será alterada um conjunto de documentos legais, como o Estatuto das IPSS, o regime de licenciamento e a Fiscalização e respetivo regime sancionatório, ou ainda o regulamento das comparticipações familiares, entre outras portarias e decretos-lei.

DA SAÚDE

No que respeita à área da Saúde, a Adenda

2016 resume-se à vontade de incrementar a Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI) e à criação de respostas na área da saúde mental.

DA EDUCAÇÃO

As atribuições na área da Educação ficam-se pela retoma do grupo de trabalho, que incluirá representantes da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP), para avaliar e propor os mecanismos e critérios de apoio ao funcionamento na componente letiva e na componente familiar para a racionalização e agilização do funcionamento da Rede de Educação Pré-escolar.

PEDRO VASCO OLIVEIRA (TEXTO E FOTOS)



PADRE JOSÉ MAIA
jose.maia@cic.pt

Barómetro de cidadania

Após longas semanas em que fomos massacrados pela opinião publicada (a classe dos comentadores) com o anúncio das famigeradas “sanções” da Comissão Europeia contra o nosso país e com a ameaça permanente de maus agoiros (tudo está a correr mal!), eis que a tensão política parece amainar! Até que enfim...

É que, para além dos protagonistas do país político, que tudo pretendem comandar, existe um país real da gente que trabalha, que vive as suas alegrias e esperanças, sofre com infortúnios com que não contava, chora, estuda, faz projetos para a família e para a vida, cria riqueza para si e para os outros, é solidária e participa em “boas causas”, e começa a ficar cansada de ter de “ver, ouvir e ler” apenas mensagens agoirentas que pretendem reduzir o nosso presente e futuro coletivo à sua dependência de burocratas de Bruxelas!

Por favor, entendam-se, façam lá as contas e deixem-nos em paz!

Não queiram fazer do povo o “bode expiatório” das incompetências e dos desgovernos que teimam em contaminar o nosso futuro coletivo como Povo e Nação!

A recente proeza da seleção nacional, ao vencer o campeonato europeu de futebol, evidenciou bem que esse “povo dos heróis do mar, nobre povo, nação valente e imortal” anda por cá e não permitirá

que “piratas em terra” (gente sem valores e só preocupada com o jogo dos interesses financeiros) tomem de assalto um país que é de TODOS!

Há muito mais país para além das tricas político/partidárias que inundam primeiras páginas de jornais, abrem e alimentam telejornais de todos os canais, sem esquecer programas de rádio, que, hora a hora, replicam, durante semanas a fio, maus agoiros que acabam por influenciar, negativamente, o nosso já tão baixo astral!

Pelo que se vai observando, arrumada, para já, a novela das sanções, e ouvidos os líderes partidários pelo Presidente da República, parece que o país político amansou!

Entretanto, há muito “trabalhinho de casa” para fazer, de modo a que, após as férias (para quem as pode gozar) possamos alimentar a esperança de que os decisores políticos e todos os servidores do Estado, que existem para atender condignamente os cidadãos, nos apresentem argumentos que demonstrem a sua capacidade para nos governarem como merecemos!

Já agora: uma vez que os apelos ao “consenso nacional sobre grandes questões” parece não ter futuro (ao menos com os atores que lideram os vários partidos), talvez não fosse má ideia ir pensando numa forma criativa e mobilizadora capaz de transformar as eleições autárquicas (as eleições de



proximidade) não apenas num “momento para votar” mas, sobretudo, numa oportunidade de ouro para criar um “movimento para mudar” a cultura e prática política, mostrando ao Poder Central (independentemente da cor política de quem tem por lá passado) que “o povo é quem mais ordena” e pretende uma organização de seu país mais próxima dos cidadãos, com mais coesão social e territorial.

Aproveitando o aviso à navegação feito pelo Presidente Marcelo às classes política, deixando antever que os resultados das eleições regionais e autárquicas poderão constituir uma oportunidade para abrir um novo ciclo na governação do país, não valerá a pena apostar na preparação destas eleições, escolhendo pessoas e projetos políticos que possam fazer a diferença entre o passado de centralismo, que dispensamos, e o “futuro de mudança” que todos queremos?

ANTÓNIO JOSÉ DA SILVA
ajsilva@sapo.pt

Quando os golpes de estado são estúpidos

A opinião pública europeia não estava ainda refeita do choque criado pelo atentado terrorista de Nice, e já um outro acontecimento vinha abalar o velho continente. Referimo-nos à ainda recente tentativa de um golpe de estado na Turquia. Foi uma tentativa falhada, mas sangrenta, se tivermos em conta o número de mortos que resultaram dos ataques das forças sublevadas e da resposta dos militares fiéis ao regime de Erdogan, o presidente da república que, por coincidência, se encontrava fora do país. Foi um golpe surpreendente, pelo menos à primeira vista, porque, ainda não há muito tempo se tinham realizado naquele país eleições que o presidente vencera folgadoamente, embora sem maioria absoluta.

De qualquer modo, a surpresa não foi total, porque a história da república turca, uma história que ainda não completou cem anos, está marcada por crises políticas graves, algumas das quais descambaram em tentativas, falhadas ou não, de golpes de estado, como aconteceu em 1960, 1971 e 1980. A surpresa também não foi total, porque grande parte das forças armadas, pelo menos ao nível dos

quadros superiores, ainda não digeriu completamente a perda da sua liderança da vida política do país, uma perda cuja responsabilidade atribuem maioritariamente ao partido de Erdogan.

Em 1923, os militares assumiram a herança ideológica de Atatürk, sobretudo a que retirava à religião muçulmana o domínio da vida política, mas com a chegada de Erdogan ao poder, em 2007, essa herança começou a ser fortemente questionada. Até então, os militares controlavam as decisões dos órgãos eleitos pelo povo, actuando como um tribunal constitucional, ou melhor, como uma espécie de Conselho da Revolução português, no tempo do PREC. Nesse ano de 2007, depois de terem imiscuído escandalosamente no processo das eleições presidenciais, as forças armadas foram claramente derrotadas num escrutínio em que a vitória de Erdogan ultrapassou as esperanças dos próprios simpatizantes e militantes do seu partido.

Apesar de muitas tentações, o novo presidente resistiu, nessa altura, a dar um passo em frente e



definitivo na islamização do país, o que torna ainda mais difícil de entender o recente golpe militar, aparentemente condenado ao fracasso, como se desprende das manifestações populares de protesto que se seguiram à notícia da sua eclosão. Erdogan não esperou muito para endurecer o seu regime. O número de cidadãos presos, alegadamente por estarem implicados no golpe, é enorme e abrange, sobretudo, membros das forças armadas de alto nível e elementos do sistema judicial. Tudo aos milhares, segundo as notícias que vão chegando, o que vem tornar ainda mais problemático o processo de adesão do seu país à União Europeia.

Bem se pode dizer que este golpe, envolto ainda em algum mistério, veio afastar a Turquia, ainda mais, do sonho europeu.

HENRIQUE RODRIGUES

*Presidente do
Centro Social de Ermesinde*

Sobre as sanções

1 - Ressalvadas as devidas proporções e distâncias, o estatuto, no seio da União Europeia, dos diversos países que a compõem é um pouco mais ou menos como o estatuto dos condóminos na propriedade horizontal.

Assim como os condóminos são donos, em propriedade plena, da respectiva fracção autónoma e comproprietários das partes comuns do edifício, também os países permanecem titulares da soberania, relativamente a parte substancial do que são os poderes dos Estados; mas meros comparsas no exercício daquela fracção dos poderes soberanos de que se vão despojando, para os confiar a uma instância que os governa em comum.

É do conhecimento geral que a propriedade horizontal constitui uma fonte expressiva de conflitualidade, na medida em que, muitas vezes, os condóminos não estão de acordo quanto às despesas que a respectiva administração lhes apresenta para pagar: nem quanto ao valor, nem quanto à necessidade.

E não pagam.

Os tribunais estão cheios de processos que têm como origem conflitos conexos com a propriedade horizontal, de tal forma que foi até conferida eficácia executiva às actas das assembleias de condóminos que aprovam a contribuição dos condóminos para as despesas comuns, com o fim de apressar o fim dos litígios.

Como também sabe quem vive numa fracção autónoma – e também o sabe quem não vive –, a administração das partes comuns é da responsabilidade da assembleia dos condóminos – que, ou elege, dentre os condóminos, em regra de forma rotativa, quem exerce a administração; ou a confia a uma empresa especializada, externa aos condóminos.

Neste último caso, as tensões tendem a agravar-se: a administração aparece aos condóminos como uma entidade que lhes é estranha e que tende a empolar as despesas que apresenta para pagamento aos donos das fracções.

É, na verdade, impressionante a frequência com que as administrações dos condomínios decidem que é necessário, por exemplo, reparar os elevadores, não se livrando, em muitos casos, da fama de que as empresas chamadas a facturar tais reparações se encontram em coligação com as empresas de gestão de condomínios que as chamam para o serviço.

2 – Na União Europeia, a matriz é semelhante.

Também existe uma espécie de assembleia de condóminos, o Parlamento Europeu, onde têm assento e voto os países, de acordo com a população de cada um – de forma semelhante ao voto por permissão, nas assembleias dos condóminos.

A Comissão Europeia é a empresa que administra o condomínio.

(É certo que não é eleita pelo Parlamento Europeu, em função da permissão; sendo antes designada pelos países, no Conselho Europeu, de acordo com os interesses dos mais poderosos.)

Há, no entanto, uma distinção fundamental, em termos de substância, entre a administração de um condomínio e a gestão da casa comum europeia.

Trata-se do âmbito da transferência da propriedade, ou da soberania, para a instância comum.

Enquanto na propriedade horizontal a parcela que a propriedade individual cede à propriedade colectiva é estável, encontrando-se fixada na lei há muitas décadas, no condomínio europeu ela é móvel – mas móvel só num sentido, o do crescimento dessa parcela.

Pelo que leio, subsistem, nos círculos de decisão nacional, duas tendências, ou duas posições, quanto ao desenvolvimento do processo de integração europeia: a dos pequenos passos e a do aprofundamento da integração.

Para os primeiros, o processo de integração é lento e deve ser seguro: só se deve avançar pouco a pouco e à medida que os passos anteriores se forem impregnando na consciência e no dia-a-dia dos cidadãos.

É o que dizem ser a metodologia proposta pelos pais fundadores da então Comunidade Europeia.

Para os segundos, as crises e os conflitos a que vimos assistindo – crise das dívidas soberanas, resgate a alguns países, falências e resolução de bancos, desequilíbrios das balanças, défices, dívida ... – só têm remédio em caso de transformações qualitativas do processo de integração, apressando, em passada larga, a transferência de competências e poderes soberanos para as instâncias europeias, diminuindo ainda mais a autonomia dos países quanto à decisão sobre o seu próprio destino.

É a posição hoje largamente dominante

na casta dirigente de Bruxelas, Estrasburgo e Frankfurt, bem como nos seus epígonos domésticos, que nos têm governado ao longo da vigência do extinto “arco da governação”.

Há duas posições, ou duas tendências, como disse: mas ambas no mesmo sentido crescente.

3 – Ora, se há ideia que os últimos tempos da vida da União Europeia e do seu espaço geográfico e político nos imprimiram como certa foi que os processos de reconfiguração que têm vindo a ser instituídos, pelo menos desde o falido Tratado Constitucional e o Tratado de Lisboa – o do “porreiro, pá!” –, têm merecido o repúdio dos povos europeus, traduzido, quer no abandono pelo Grã-Bretanha do clube, quer na emergência significativa e relevo eleitoral de partidos nacionalistas e xenófobos, quer nos sucessivos referendos, que, onde são realizados – cá, nunca! –, decidem em sentido oposto ao da ortodoxia reinante.

No mesmo sentido, tem-se instalado a ideia, em círculos cada vez mais alargados, de que as instituições europeias, e a respectiva burocracia, se parecem cada vez mais com as empresas de administração de condomínios, contaminando, com a perspectiva dos interesses e privilégios de que beneficiam, a boa gestão dos interesses privativos dos países-condóminos.

Pelo menos daqueles que têm menor permissão e que, como acontece com todos os mais fracos, ficam sempre à margem das grandes decisões.

4 – Bom, ganhámos o conflito quanto às sanções.

Ainda bem!

Para fermento do rancor contra as instituições europeias, já bastaram os 4 anos de “ajustamento”, a que há que somar a avaliação nacional da recente transferência do seu principal responsável, durante dez anos, para “o topo da vida empresarial”.

(Um bom exemplo daquela contaminação pelos interesses privados sobre que escrevi acima ...)

O processo das sanções, e o longo arrastamento de ameaças e ralhetes, não terá sido bonito ...

Mas, como escreveu, a tal propósito a Dr^a Manuela Ferreira Leite, “tal como no Euro, o jogo pode não ter sido bonito, mas o que conta é a taça.”

JUNTOS... PELA CRIANÇA NA CRECHE

Livro da CNIS pretende ajudar pais e profissionais

“Eu estou feliz porque o meu filho está feliz na creche”. A frase ouvida por uma das educadoras de infância, coautora do livro «Juntos... pela criança na creche», da boca de um pai é meta que a obra lançada pela CNIS pretende alcançar, disseminando boas práticas por todo o País e promovendo a conciliação da resposta social com a vida familiar.

E é, precisamente, na prossecução do objetivo, incluído no seu Plano de Ação, de fazer “a sistematização de práticas que promovam a conciliação da vida familiar e profissional do agregado familiar, para serem divulgadas e disseminadas”, que a CNIS acaba de lançar o livro «Juntos... pela criança na creche», um trabalho coordenado por Teresa Sarmento, docente da Universidade do Minho.

“A creche é uma resposta social, de natureza socioeducativa, destinada a acolher crianças até aos três anos, durante ao período de impedimento dos pais ou de quem exerça as responsabilidades parentais. Visa, pois, estabelecer a conciliação da vida familiar e profissional do agregado familiar, colaborar com a família no processo de desenvolvimento da criança, assegurar um atendimento seguro, afetivo e personalizado em função das necessidades específicas de cada criança e ainda prevenir e despistar precocemente qualquer inadaptação, deficiência ou situação de risco e assegurar o encaminhamento mais adequado”, escreve padre Lino Maia, presidente da CNIS, no prefácio da obra, que pretende ser um manual de boas práticas, sustentado em valioso conhecimento científico.

Coordenado por Teresa Sarmento, a obra é da coautoria de um grupo de nove educadoras de infância e uma psicóloga, a saber: Ana Daniela Oliveira, Carina Miranda, Daniela Damas, Daniela Silva, Isabel Pereira, Marisa Freitas, Marta Fernandes, Marta Oliveira, Sandra Silva e Patrícia Bessa, respetivamente.

“Este é um livro sobre creches, centrado-se na temática da relação vida familiar/vida de trabalho e pensando a creche como resposta social que permite essa relação, mas, sobretudo, realça a perspetiva educativa das crianças e como se podem conciliar as duas vertentes”, começou por referir, ao SOLIDARIEDADE, a coordenadora do livro, Teresa Sarmento, acrescentando: “Para a construção do livro, entendi que só faria sentido se tivesse a colaboração de quem está nas creches, de quem conhece essa realidade, de quem define e engendra estratégias para essa conciliação. Ou seja, garantir os direitos das crianças, dar



suporte e promoção da educação das crianças e, ao mesmo tempo, conseguir arranjar estratégias para se conseguir a articulação com a vida familiar”.

Para Teresa Sarmento, “os pais têm, de facto, algumas dificuldades em fazer o acompanhamento diário das crianças, e essa é uma das razões porque as põem em creches”, porém, a coordenadora do livro sustenta que a creche é muito mais do que a simples guarda

das crianças: “Não queremos que a creche seja só isso, queremos que seja muito mais. E as estratégias que estas educadoras encontram mostram isso, ou seja, que a creche tem que ser, primeiro, uma instituição educativa para as crianças, em que estas veem reconhecidos os seus direitos, e que, ao mesmo tempo, dê também respostas aos pais”.

Para a responsável pelo livro, este é dirigido tanto aos profissionais de educação como

aos pais.

“Muitas educadoras vão sentir-se identificadas com estas práticas e, provavelmente, outras vão encontrar práticas que não desenvolvem e, por isso, este livro acaba por ser um instrumento de trabalho e de reflexão importante”, argumenta Teresa Sarmento, acrescentando: “É também para os pais, porque os ajuda a compreender o que se faz na creche, quais as finalidades da creche, como se organizam as creches e como podem estar mais presentes na creche”.

Maria da Conceição Marques, dirigente da CNIS com o pelouro da Educação, começou por dizer que a intenção inicial era a de “fazer um guia prático sobre creches”.

No entanto, “com o evoluir do projeto viu-se que se poderia fazer uma coisa bem melhor, com a colaboração da Universidade do Minho, através da doutora Teresa Sarmento e convidando algumas instituições que desenvolviam trabalhos interessantes”, sustentou a dirigente da CNIS, acrescentando: “Conjugando a vertente mais científica com a vertente mais prática, elaborámos este trabalho que nos deu bastante gozo e sentimos que é de grande qualidade”.

Com a obra realizada e pronta para consulta, Maria da Conceição Marques deixa um desejo: “Gostaríamos que todas as nossas educadoras o tivessem, o lessem, o estudassem e refletissem sobre ele e que fizessem, dentro da sua prática diária, o melhor, pois este livro pode ser um ponto de partida para o trabalho árduo que as educadoras têm nas suas creches”.

A obra está dividida em seis capítulos, a saber: I - «A comunicação creche-famílias como base da colaboração educativa», a cargo de Marta Oliveira; II - «A promoção da aprendizagem ativa suportada por um ambiente que promove o envolvimento parental», por Marta Fernandes; III - «Envolvimento parental em creche», por Isabel Pereira; IV - «A família



‘creche’ connosco», por Patrícia Bessa, Sandra Silva, Daniela Damas e Carina Miranda; V - «O papel das equipas pedagógicas na gestão dos tempos», por Marisa Freitas; VI - «A



conciliação da vida familiar com a vida profissional na perspetiva das famílias (relatos de experiências em creche», por Ana Daniela Oliveira e Daniela Silva.

PRESIDENTE DA CNIS

“Já existe uma rede de creches... a do Setor Solidário”

A apresentação de «Juntos... pela criança na creche» contou, para além da quase totalidade das autoras, com as presenças do presidente da CNIS, do presidente da Fundação Millennium Bcp, Fernando Nogueira, que financiou o projeto, e do presidente do Departamento de Educação da Universidade do Minho, Almerindo Afonso.

O padre Lino Maia começou por relevar o importante papel das IPSS na implementação da resposta social de creche, criando uma rede nascida na sociedade civil, na esmagadora maioria emergente no Setor Social Solidário.

“Iniciativa do Estado não há nenhuma e quase todas as creches são do Setor Social Solidário, havendo algumas do Setor Privado”, afirmou o presidente da CNIS, sublinhando: “Estas creches não são locais exclusivamente de guarda de crianças, pois trabalham o seu desenvolvimento integral. E não sendo locais apenas de guarda, são espaços educativos desde a primeira hora e, muito importante, de comunhão com as famílias”.

Avançando que há cerca de 35 mil crianças em creches das IPSS associadas da CNIS, o padre Lino Maia recordou que há toda uma rede solidária (informal) que foi crescendo à medida das necessidades das comunidades e que está implementada em todo o território nacional há muito tempo,

deixando um alerta: “No passado dia 1 de junho, Dia Mundial da Criança, houve um partido político que, com toda a legitimidade, apresentou uma proposta no Parlamento no sentido de se criar uma rede pública de creche e para todas as crianças em idade pré-escolar. Esse partido tem toda a legitimidade para fazer o que fez, mas se falamos de rede de creche em Portugal temos que falar da rede social solidária que já existe e que tem assegurado essa resposta há muitos anos”.

Isto é tanto mais importante quanto se sabe, defende o líder da CNIS, que “as creches são lugares de inclusão social por excelência”.

“Se queremos lutar contra a pobreza e queremos fazer uma verdadeira inclusão social temos que ter creches nos territórios mais deprimidos”, defendeu o padre Lino Maia, acrescentando que “as creches com projeto educativo podem ser um bom instrumento para combater a baixa taxa de natalidade”.

Ainda sobre a obra agora publicada pela CNIS, em parceria com a Universidade do Minho e com o alto patrocínio da Fundação Millennium Bcp, o presidente da CNIS afirmou que “este livro pode ser um ponto de partida para uma alvorada de esperança”.



ASSIMETRIAS REGIONAIS

País recebeu 47 mil milhões de euros mas falhou objetivo

O coordenador adjunto da Unidade de Missão para a Valorização do Interior (UMVI), João Paulo Catarino, disse que o país recebeu 47 mil milhões de euros para combater as assimetrias regionais, mas falhou claramente esse objetivo.

“O país, depois de receber 47 mil milhões de fundos comunitários para corrigir as assimetrias regionais, evoluiu a todos os níveis, mas as assimetrias acentuaram-se substancialmente”, afirmou João Paulo Catarino.

Este responsável falava durante a sessão de encerramento do Colóquio Praxis “Patrimónios da Terra e do Homem: Linhas de Valorização e Desenvolvimento Sustentável na Beira Baixa”, que decorreu em Proença-a-Nova, no distrito de Castelo Branco.

“Falhámos claramente no objetivo para o qual recebemos grande parte deste dinheiro. Constatando essa evidência, o que estamos a fazer agora é identificar junto dos vários

ministérios aquilo que poderá vir a fazer a diferença no âmbito de políticas transversais em todas as áreas”, explicou.

E o turismo é uma dessas áreas, sobretudo os vários tipos de turismo que o país e as regiões do interior oferecem.

“Essa vai ser uma vertente importante do programa. O país recebe hoje milhares de turistas que estão a chegar a Lisboa, Porto e Algarve. Isto não pode ficar só por estas regiões”, sublinhou.

Adiantou ainda que a UMVI está tentar encontrar soluções e formas de levar os turistas que chegam aos grandes centros urbanos para o restante território nacional, sobretudo, o interior.

“Têm que percorrer e entrar pelo território dentro e ver as potencialidades que temos ao nível do turismo de natureza, militar, arqueológico, gastronómico e outros”, disse.

João Paulo Catarino realçou ainda o trabalho



que a Associação de Estudos do Alto Tejo e a Câmara de Proença-a-Nova têm feito ao longo dos anos pelo património arqueológico do concelho e da região.

“As câmaras têm sido os grandes promotores, nestes territórios [interior], do desenvolvimento que se tem feito à volta da arqueologia”, sustentou.

100% CLIENTES SATISFEITOS

40 aplicações

- CONTABILIDADE ESNL
- UTENTES IPSS
- UTENTES CT [AT]
- IMOBILIZADO ESNL
- PRESCRIÇÃO ELETRÓNICA [ACSS]
- ORDENADOS
- UNIDADES DE SAÚDE
- PROCESSOS CLÍNICOS
- STOCKS

SISTEMA INTEGRADO DE TESOUREARIA
[Utentes, Bancos, Associados, Rendas, Caixas e Pagamentos a Fornecedores]

QUALIDADE - Processos Chave
Terceira Idade, Infância e Juventude

VIATURAS

ASSOCIADOS/IRMÃOS IPSS

PROCESSOS CLÍNICOS RESIDENTES

... entre outras

software ipss

economia social

SOLIDÁRIOS CONSIGO HÁ MAIS DE 20 ANOS

deixe a informática connosco, as pessoas precisam de si

junto das

INSTITUIÇÕES PARTICULARES DE SOLIDARIEDADE SOCIAL

SANTAS CASAS DA MISERICÓRDIA

ASSOCIAÇÕES MUTUALISTAS

DEMONSTRAÇÕES
Sem compromisso

GRÁTIS

ASSISTÊNCIA REMOTA
Novo conceito via internet

ASSISTÊNCIA TELEFÓNICA
Gratuita

INSTALAÇÃO E FORMAÇÃO
Nas vossas instalações

www.tsr.pt - tsr@tsr.pt
tlf. [+351] 939 729 729
tlf. [+351] 253 408 326 (3L/BA)
fax [+351] 253 408 328

Rua dos Cutileiros, 2684 1º -
Sala 11 - Apartado 1071 EC
Lameiras - 4836-908
Guimarães

INTERVENÇÃO PRECOCE NA INFÂNCIA

É preciso reforçar e diversificar os Acordos de Cooperação

A Federação das Associações Portuguesas de Paralisia Cerebral (FAPPC) promoveu, no Porto, o primeiro Encontro Nacional sobre IP (Intervenção Precoce), intitulado «O papel das IPSS e o Acordo de Cooperação de IP», que contou com a presença da secretária de Estado da Inclusão das Pessoas com Deficiência, Ana Sofia Antunes.

O encontro permitiu uma profícua discussão de diversas matérias relacionadas com a IP, com relevância para a participação de alguns pais que reclamam maior atenção para as suas opiniões e ainda para um conjunto de conclusões saídas das reuniões setoriais e que, a seu tempo, serão enviadas ao Governo, à CNIS e às instituições.

No encontro da cidade Invicta, que decorreu no auditório da Atmosfera M, a secretária de Estado para a Inclusão das Pessoas com Deficiência transmitiu aos presentes “o empenho do atual Governo em reforçar o modelo existente do Sistema Nacional de Intervenção Precoce na Infância (SNIPI) e a necessidade que há em apostar mais nos recursos humanos afetos às ELI (Equipas Locais de Intervenção) e de aproveitar a folga que o novo quadro Portugal 2020 dá para reforçar os Acordos de Cooperação e a diversidade dos acordos que se podem estabelecer a nível da Intervenção Precoce”.

Por outro lado, Ana Sofia Antunes mostrou-se preocupada com questões de índole qualitativa no atual SNIPI, dizendo-se empenhada em alterar a situação, mesmo que vá contra a doutrina vigente.

“Temos uma preocupação muito grande com o facto de ainda termos vários concelhos no País sem ELI, de nenhum tipo, e sem Acordos de Cooperação na área da IP e ainda uma preocupação grande, e aqui sei que não sou acompanhada pela doutrina, mas estou convicta daquilo que penso, porque também fui uma pessoa que foi intervencionada precocemente, de que a IP não passa por modelos iguais para todos, simplesmente porque têm deficiência. A realidade de cada tipo de deficiência é diversa, aquilo que fazemos o nível da paralisia cerebral não é o mesmo que temos que fazer a nível da deficiência visual ou da intelectual. E tenho essa profunda consciência que precisamos de reforçar as equipas e os acordos de cooperação nesta diversidade”, argumentou a governante, ela própria invisual, asseverando: “Não acredito que uma ELI que trabalhe apenas com técnicos cuja experiência é na paralisia cerebral esteja habilitada a trabalhar com todos os tipos de deficiência. E isto não tem nada que ver com a qualidade humana, ou técnica ou profissional dos que ali estão, simplesmente eles estão mais habilitados



a trabalhar numa do que noutra área”.

Em concreto sobre os Acordos de Cooperação, principal temática do encontro do Porto, Ana Sofia Antunes revelou que a Secretaria de Estado está, “neste momento, em fase de diagnóstico”, para avaliar “o que há no terreno”, lembrando: “Estes acordos foram surgindo de uma forma muito atípica e falta-nos uma realidade nacional, não para a IP, não para as ELI, mas para os Acordos de Cooperação que depois secundam as ELI e que lhes dão recursos. É preciso criar linhas mais uniformes para este modelo e, de seguida, avançar para o reforço desses acordos”.

A secretária de Estado da Inclusão das Pessoas com Deficiência sublinhou a sua crença na Intervenção Precoce na Infância como instrumento de inclusão social, dando o seu próprio exemplo para o sustentar: “Acredito profundamente que a IP é um instrumento decisivo para a inclusão social, eu sou um exemplo disso e há muitos outros exemplos. Precisamos de superar este momento, em que temos pais que se queixam da falta de terem qualquer tipo de apoio ou de orientação para as suas crianças muito pequenas, que se queixam de atrasos no diagnóstico da deficiência, e com razão, que se queixam de ver os seus filhos acompanhados por técnicos sem experiência concreta na sua área de deficiência

específica e, nesse sentido, entendo a Intervenção Precoce como a primeira das armas fundamentais que permite a uma pessoa com deficiência ser uma pessoa incluída quando adulta”.

Na abertura dos trabalhos, Eulália Calado, presidente da FAPPC, afirmou que, “sendo o objetivo principal deste encontro a partilha de dificuldades sentidas pelas IPSS na gestão do Acordo de Cooperação de IPI e o listar soluções concretas para as mesmas”, outros propósitos acabaram por nortear o dia de trabalho, “como a troca de experiências e o refletir de sete anos de implementação da atual legislação sobre Intervenção Precoce”.

Já no final, ao SOLIDARIEDADE, Eulália Calado mostrava-se satisfeita com o resultado do encontro de estreia sobre a matéria em causa, fazendo “um balanço muito positivo”, porque foi possível “juntar todos os atores da IP, em que os principais são os pais, pois as crianças são muito pequenas, porque a IP é sobre a criança e a família, os profissionais e as associações”.

O encontro de trabalho contou ainda na sessão de abertura com a presença do vereador Manuel Pizarro, em representação da Câmara Municipal do Porto, e já na sessão de encerramento com a dirigente da CNIS com o pelouro da Deficiência, Maria de Lurdes Pombo.

SOBRE A DESIGUALDADE

JOSÉ FIGUEIREDO
ECONOMISTA

Vem aí uma nova crise bancária?

Os sinais são preocupantes.

A saga do Deutsche Bank parece não ter fim. Em Itália o crédito mal parado não tem solução à vista. Na China, provavelmente o lugar mais perigoso do planeta, ninguém faz ideia do valor do mal parado “real” no sistema bancário. Só na Europa existem 1,3 triliões de euros de crédito mal parado – mais que o PIB de Espanha e Portugal juntos e ainda sobram uns trocos!

Isto é, numa primeira vista, no mínimo paradoxal. Depois da crise de 2008, despoletada pela falência do Lehman Brothers, é suposto que foram tomadas medidas radicais para tornar os bancos mais seguros. Como compreender então que estejamos de novo à beira de uma crise global nos sistemas bancários depois de tanto dinheiro público e privado despejado em cima do sistema e depois de tantas medidas corretivas?

Em parte o paradoxo resolve-se se refletirmos nas consequências do excesso de confiança/dependência da política monetária.

Os bancos centrais ficaram sozinhos na luta contra a crise económica que se seguiu à debacle dos sistemas financeiros em 2008/2009 – os políticos debandaram da frente de batalha.

No pico da crise ainda se viu algum suporte da política orçamental nos Estados Unidos, na Europa e na China. Contudo, foi curto e de curta duração. Em pouco tempo, o medo da dívida pública, particularmente na Europa, levou à retirada dos estímulos públicos e os bancos centrais ficaram a falar sozinhos.

Os bancos centrais fizeram o que podiam fazer, ou seja, levar as taxas a zero (agora negativas nalgumas geografias). Como não foi suficiente embarcaram em modelos não convencionais, nomeadamente comprar massivamente ativos financeiros injetando liquidez adicional na economia.

Segundo os manuais isto devia ter resultado. A procura deveria ter sido estimulada, a inflação devia estar a picar e os estímulos convencionais e não convencionais deveriam estar agora a ser retirados e revertidos.

Mas o que se vê é completamente diferente. Na Europa, Japão e China o quer se antevê não é o regresso à “normalidade” e reversão dos estímulos extraordinários mas, pelo contrário, a expectativa é que novos estímulos (e porventura mais radicais) estejam no terreno ainda este ano. Apenas nos Estados Unidos o caminho de reversão começou ser feito (as taxas subiram em finais de 2015 e a compra de ativos já estava fechada desde 2014), contudo, mesmo por lá a coisa parou e, no melhor dos cenários, ocorrerá um novo aumento de 25 pontos base na taxa diretora até ao final de 2016.

A persistência desta anomalia (vai para 7 anos) arrasou os bancos.

Desde longo comprimiu as margens financeiras porque as taxas ativas (as taxas que os bancos cobram aos clientes) baixaram e o custo dos depósitos reduziu-se de forma menos que proporcional. Para manter as margens financeiras os bancos deveriam ter colocado as taxas dos depósitos dos clientes em território negativo coisa que muito poucos bancos se atreveram a fazer por razões mais que óbvias.

Depois o ambiente criado inevitavelmente levaria ao aumento do mal parado. Como as economias

não recuperaram, o cenário de deflação que entretanto se instalou aumentou o valor real das dívidas – estas mantêm o valor nominal mas os cash-flows corporativos que as deviam pagar encolheram. O que já era difícil ficou mais difícil e que era muito difícil virou impossível. É por isso que o mal parado está a subir um pouco por todo o lado.

O facto de, hoje em dia, um balanço típico de um banco típico ter 50% de exposição a imobiliário não ajuda, pelo menos enquanto os preços não recuperarem a sério.

Finalmente também não ajudou nada a queda das commodities em particular das energéticas – só no sector energético os bancos têm uma exposição global de 3 triliões de dólares. Se é certo que as big oil têm balanços que podem resistir a terramotos já não é assim com as empresas mais pequenas e que levantaram montanhas de dívida quando os preços do petróleo pairavam na casa dos 100 USD por barril.

Para piorar as coisas os ativos que foram objeto de compras massivas por parte dos bancos centrais têm valores atuais muito elevados. Esses ativos são colateral de operações bancárias diversas. Como vai ser quando os bancos centrais levantarem o pedal e o valor dos colaterais vier por aí abaixo?

Os bancos enfrentam uma tempestade perfeita de margens a encolher, mal parado a crescer e necessidade de mais capital que o sector privado não pode ou não quer comprometer.

O caso não é simples.

Em tempos normais recupera-se um banco impondo perdas a acionistas e credores, reforçando o capital, limpando o mal parado e reduzindo custos operacionais.

O problema é que nada disto é fácil no atual quadro económico e sobretudo político.

Não é fácil chamar capital novo e bom aos bancos quando as perspetivas de retorno são tão negras – quem vai investir num negócio em que as margens encolhem e o mal parado cresce?

Se é relativamente fácil e pacífico impor perdas a acionistas já não é assim com credores júnior. Veja-se o caso italiano onde boa parte da base de credores juniores dos bancos são pequenos aforradores de retalho, em geral entre remediados a pobres. Quem vai explicar-lhes que perdem as poupanças de uma vida quando até lhes venderam a dívida do banco como se de depósitos se tratasse?

Em Portugal já tivemos que baste destas trapalhadas com o BPN, o BPP, o BANIF ou o BES.

Limpar mal parado pode também não ser assim tão simples. O caminho óbvio é vender esses ativos, por uma parte do valor nominal, a entidades privadas que se ocupem da sua cobrança na esperança de fazer um lucro.

O problema é que em muitas geografias, como é o caso de Itália ou Portugal, isso pode não ser uma coisa fácil. Na verdade só é viável transacionar créditos em stress quando o sistema judicial funciona de forma minimamente eficiente. Caso contrário, quando processos de insolvência e cobrança coerciva podem demorar anos, quem vai comprar créditos em mau estado?

Reduzir custos operacionais ainda pode ser o mais fácil. Já ninguém se comove quando um banco despede milhares de trabalhadores e fecha um



sem número de agências. Mas, como é evidente, perante a magnitude dos problemas, o que pode ser conseguido com redução de custos operacionais é pouco mais que um xixi de criança no meio de um oceano de problemas.

Contudo, o que vejo com maior angústia é que estamos hoje em muito pior situação do que estávamos em 2008/2009 para acudir aos bancos caso seja necessário.

As coisas começam na política.

Seria necessária uma dose olímpica de coragem para, hoje em dia, salvar um banco com dinheiro dos contribuintes. A imagem dos bancos é tão má, tão má, há um tal odioso às damas e cavalheiros que arruinaram os sistemas bancários no run-up da crise financeira que qualquer governo que compromettesse dinheiro público para salvar um banco cometeria hara-kiri político.

A alternativa de pôr a pagar os credores, no limite os depositantes acima do valor seguro, é tão politicamente demolidora como despejar dinheiro público em cima do problema.

A economia é gasolina em cima do incêndio. Enquanto o espectro da deflação se mantiver presente, enquanto as margens de intermediação permaneceram encolhidas, não há capital fresco para os bancos. Para aperfeiçoar a tempestade, no longo prazo, é mesmo discutível que, com as revoluções tecnológicas em curso, exista espaço disponível para os bancos como os conhecemos hoje. Tampouco o dinheiro de hoje existirá no horizonte de umas poucas décadas.

Se quisermos ir à essência dos problemas devemos tomar a perspetiva ingénua que permitiu a Einstein perceber a relatividade do tempo. Colocado perante o paradoxo de observadores em movimento medirem a mesma velocidade da luz, o que parece absurdo, Einstein não perdeu muito tempo nem a discutir os dados experimentais nem com filosofias. Limitou-se a aceitar a realidade tal como se apresentava. Velocidade é distância a dividir por tempo. Se a velocidade é constante para observadores em movimento isso só pode ser porque esses observadores medem distâncias e tempos distintos. Parece absurdo? Talvez! Mas não há explicação melhor.

Com os bancos á a mesma coisa. Estamos todos fartos de saber que bancos complexos e universais são propensos a excessos e a crises. Em vez de andarmos à procura do Santo Graal dos bancos tal como hoje existem que tal reconhecer que não há forma de eliminar o risco?

Solução? Bancos mais simples e de propósitos limitados. E disso já falámos numa crónica anterior.

40 anos a servir as instituições de solidariedade social.

Somos especialistas na compra, venda e distribuição de uma gama completa de soluções para a área Alimentar das Instituições de cariz Social.

Além da mais completa seleção de produtos alimentares (mercearia, bebidas, lacticínios, frutas e legumes, carne e peixe), também fornecemos produtos não alimentares (descartáveis, papéis, soluções de higienização e de lavagem de têxteis). Adicionalmente realizamos projectos e montagens de cozinhas, bem como fornecimento dos respectivos equipamentos.

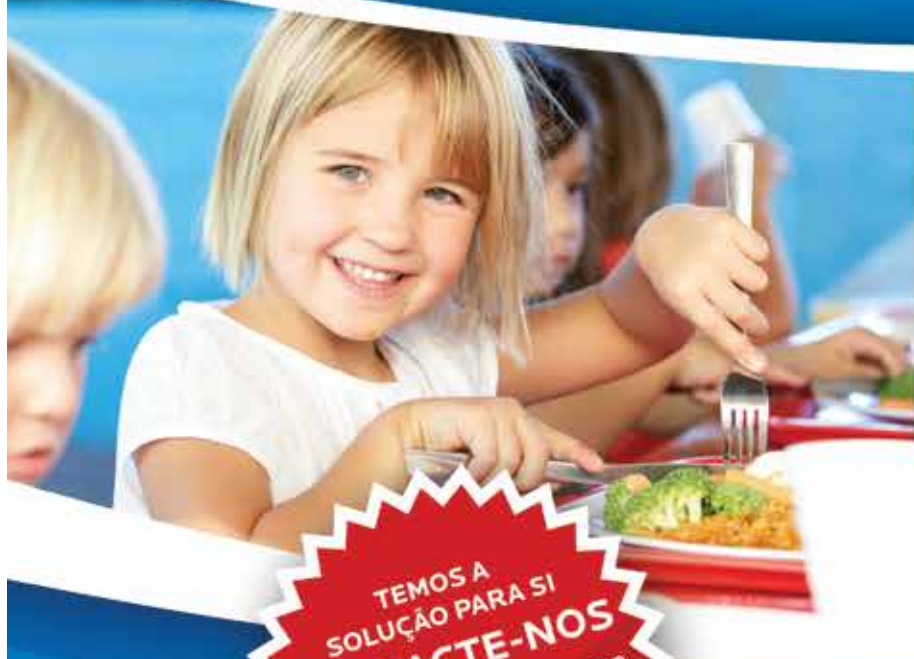
Caso necessite, ajudamo-lo a gerir as suas ementas:

- Ementas validadas por nutricionistas
- Captações adequadas
- Soluções económicas
- Sugestão de encomenda com base na ementa
- Estime e controle os seus custos

Acabe com a dificuldade em criar ementas variadas e equilibradas, simplifique o processo de encomenda, de receção de mercadorias, e de gestão de facturas e pagamentos.

A nossa frota, com dezenas de viaturas, assegura a distribuição a milhares de clientes em todo o território Nacional.

A nossa missão é ajudá-lo na sua missão de chegar a quem precisa.

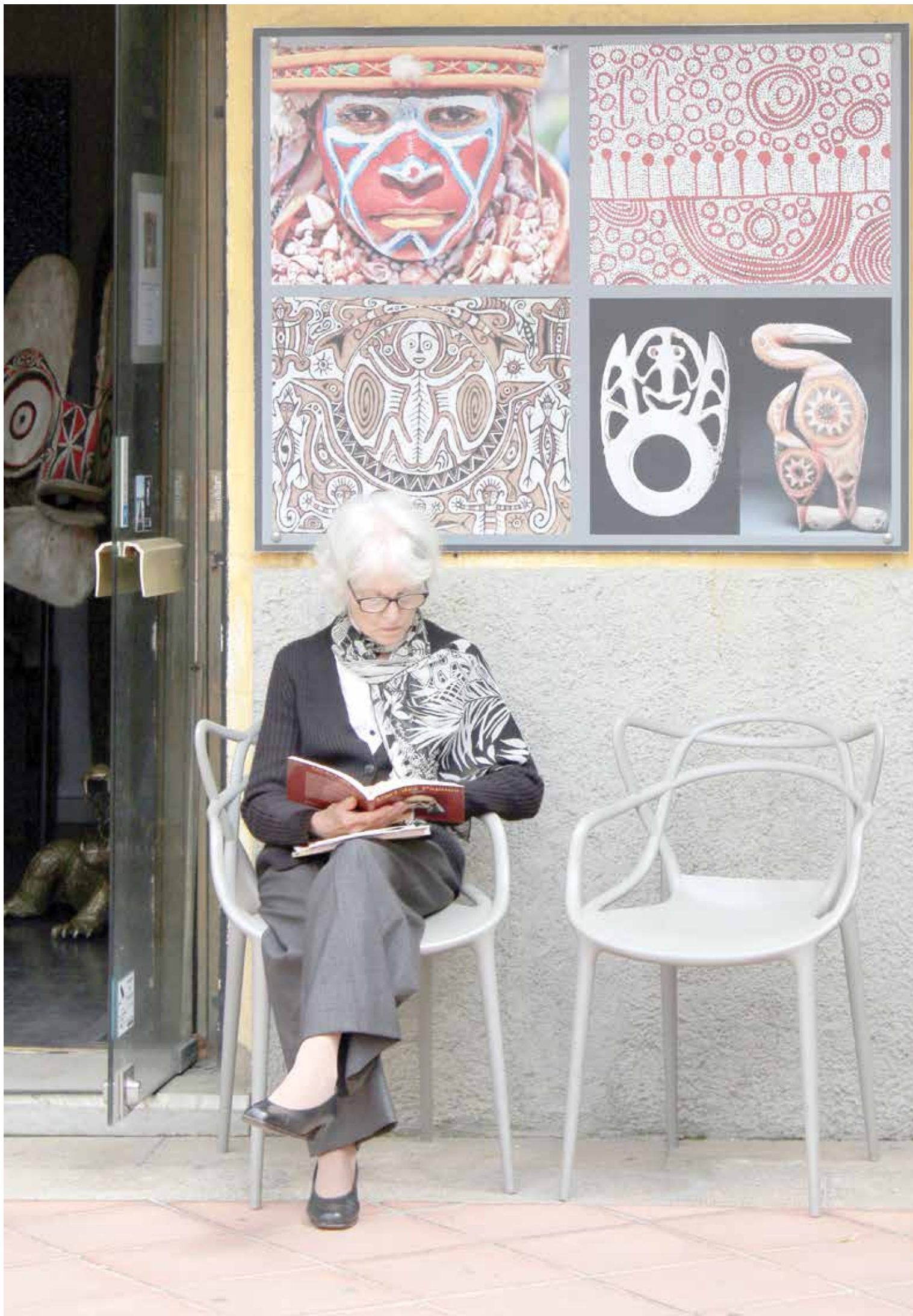


TEMOS A
SOLUÇÃO PARA SI
CONTACTE-NOS

NORTE: 220 406 990 / 910 286 502
SUL: 210 420 000 / 916 206 224

www.sogenave.pt





O saber não ocupa lugar

FICHA TÉCNICA

Propriedade: CNIS (Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade) - Rua da Reboleira, 47 - 4050-492 Porto - NIF: 501 146 253 - **Telefone:** 22 606 86 14 | **Fax:** 22 600 17 74 - | **e-mail:** jornal.solidariedade@gmail.com **Diretor:** Padre Lino Maia | **Diretor-Adjunto** Padre José Baptista | **Editor:** Pedro Vasco Oliveira **Redacção:** Milene Câmara, Rodrigo Ferreira, V.M. Pinto - **Colaboradores:** Fernando Martins, Henrique Rodrigues, José Silva, Padre José Maia e José Figueiredo | **Impressão:** Unipress - R. Anselmo Braancamp, 220 - Granja 4410-359 Arcozelo - Gaia | **Tiragem:** 5.000 exemplares **Depósito Legal** n.º 11753/86, ICS-111333

IGUALDADE DE GÉNERO

Políticas de cidadania alargadas às comunidades portuguesas em todo o mundo

O Governo português, o Alto Comissariado para as Migrações e a associação Mulher Migrante assinaram um protocolo de cooperação destinado a desenvolver o projeto “Igualdade nas Comunidades”.

Segundo o secretário de Estado das Comunidades de Portugal, José Luís Carneiro, o protocolo vai levar as políticas da cidadania e da igualdade desenvolvidas em Portugal aos portugueses que se encontram na diáspora. “Tudo o que tem a ver com a promoção e a sensibilização para a importância da igualdade de género para o reforço da participação cívica e política das mulheres nas comunidades portuguesas nos países de acolhimento constituem as prioridades de um plano de ação estabelecido com a secretaria de Estado para a Cidadania e Igualdade, e também entre o Alto Comissariado para as Migrações e a Direção Geral dos Assuntos Consulares das Comunidades Portuguesas”, sublinhou.

O projeto, que José Luís Carneiro classificou como “inovador”, consiste no reforço da

promoção da Igualdade e Não-Discriminação nas Comunidades Portuguesas, desencadeando um conjunto de medidas e iniciativas junto das comunidades e do movimento associativo da diáspora.

Reforçar a promoção da igualdade de género nas comunidades portuguesas, divulgando as políticas da igualdade de género já desenvolvidas em Portugal e estabelecer uma rede de partilha de conhecimentos e experiências concretas, dando visibilidade ao percurso de mulheres migrantes de várias gerações e em diferentes domínios da vida profissional e pública são alguns dos objetivos.

Por outro lado, o protocolo pretende ainda incentivar as mulheres a participar ativamente na liderança do movimento associativo das comunidades portuguesas e na vida pública, pelo exercício dos seus direitos de cidadania.

À Lusa, José Luís Carneiro lembrou que, a 18 de junho último, em Paris, Portugal abriu o Espaço do Cidadão, que disponibilizou 60



serviços aos portugueses que vivem em França, experiência que, sublinhou, se pretende desenvolver noutros postos consulares em todo o mundo.

“Constitui objetivo do Governo português criar condições para que as políticas que se aplicam aos portugueses que vivem em Portugal se possam aplicar e desenvolver junto dos portugueses que vivem fora de Portugal”, concluiu.



Soluções para a
Economia Social



Mediação de seguros
Soluções personalizadas



Organização Administrativa
Consultoria e Gestão



Soluções tecnológicas
Software administrativo e financeiro

Estamos onde você está.
Atuamos nas instalações do cliente
t. 265 537 590 | e. geral@odulisser.pt
www.odulisser.pt

 **ODULISSER**  **PRIME PARTNER F3M**

Óptima limpeza e higiene perfeita
Para lavandarias profissionais IPSS



Agente especializado:

 **milplus**
EQUIPAMENTOS HOSPITALARES E MÁQUINAS INDUSTRIAIS, LDA

Rua Fernando Namora, 135
4425-651 Pedrouços · Maia
934 091 417 · info@milplus.pt
www.milplus.pt

 **Miele**
PROFESSIONAL